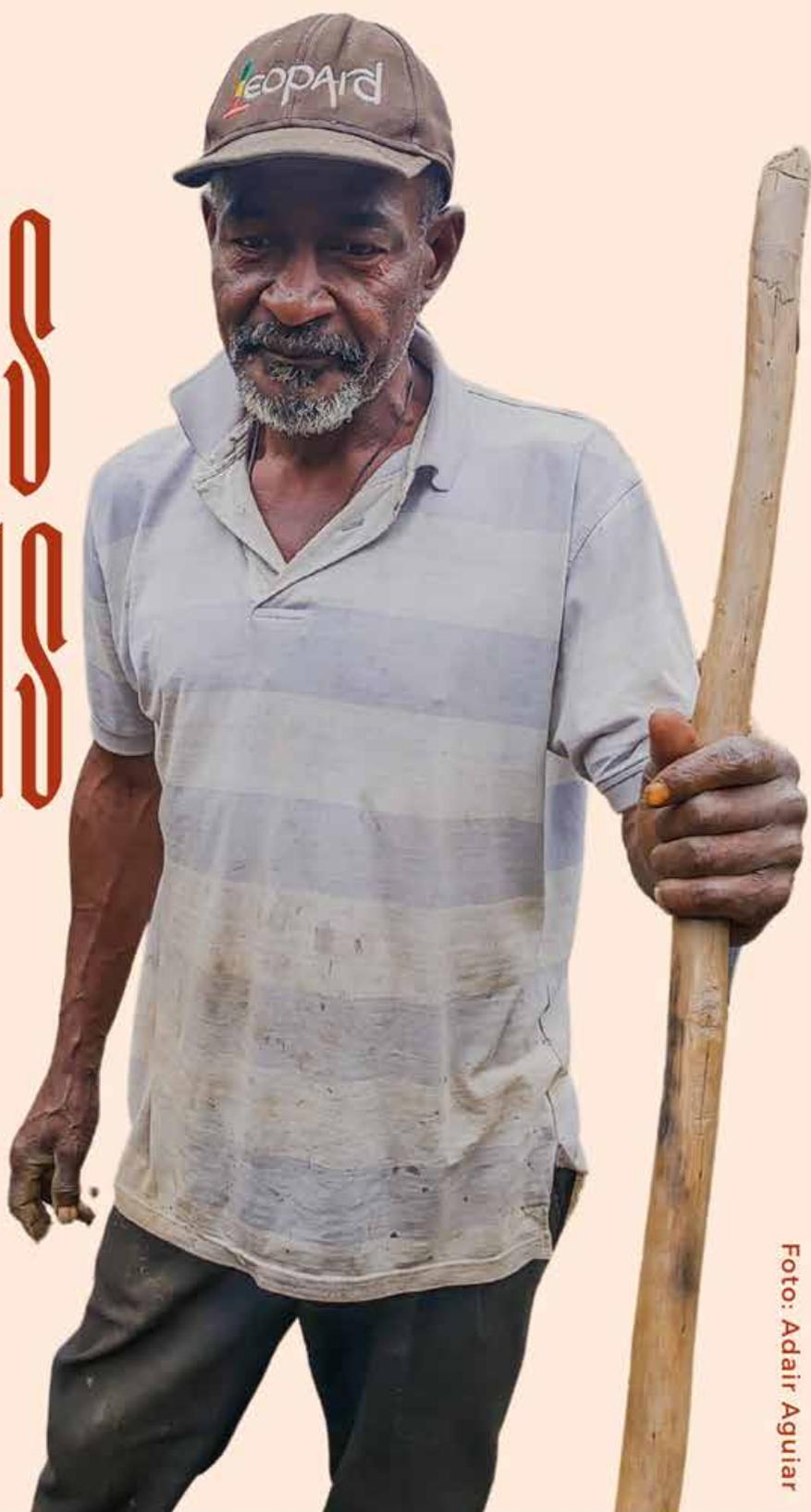


Niterói 2024

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

**RASTREANDO
PROJETOS DE
MITIGAÇÃO EM
ANGRA DOS REIS,
PARATY E UBATUBA**

Alexia Soares
Luis Eduardo Chagas



“Meu pai, quando encontrava um problema na roça, se deitava sobre a terra com o ouvido voltado para seu interior, para decidir o que usar, o que fazer, onde avançar, onde recuar. Como um médico à procura do coração.”

“Vocês podem até me arrancar dela como uma erva ruim, mas nunca irão arrancar a terra de mim.”

Itamar Vieira Junior,

Torto Arado. 2019.

SUMÁRIO

Introdução	3
Dados Preliminares.....	10
Angra dos Reis	11
Paraty	38
Ubatuba	64
Índice Remissivo	93
Referências	94

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: RASTREANDO PROJETOS DE MITIGAÇÃO EM ANGRA DOS REIS, PARATY E UBATUBA

Introdução

Este documento se trata de um catálogo contendo as principais informações a respeito dos povos e comunidades tradicionais **Indígenas, Caiçaras e Quilombolas** nas regiões de **Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba**, sendo uma produção técnico/científica da pesquisa de iniciação científica intitulada *Trabalho-educação, modos de vida e estruturas de sentimentos em comunidades tradicionais*, coordenada pela Profa. Dra. Lia Tiriba (UFF), com participação de Alexia Soares (FAPERJ) e Luis Eduardo Chagas (PIBIC), graduandos em História (Licenciatura) pela UFF. A pesquisa parte da premissa do trabalho como elemento de formação humana, pelo qual os seres humanos criam cultura e se educam. Como objetivo geral, buscamos apreender elementos materiais e simbólicos que compõem os modos de vida de comunidades tradicionais, e como eles se relacionam com as “estruturas de sentimentos”, hipótese cultural do autor britânico Raymond Williams, entendida por nós, em suma, como o pensamento influenciado pelos sentimentos e vice-versa, movendo e sendo movidos pelas práticas sociais, em um determinado espaço/tempo histórico, também estruturado. (Chagas; Tiriba, 2024, p. 10)

Elegendo a arte e literatura como fonte para o estudo sobre processos históricos, Williams (1979, p. 136) considera que em relação a arte, “[...] estruturas de sentimentos podem ser definidas como experiências sociais em solução, distintas de outras formações semânticas sociais que foram precipitadas e existem de forma mais evidente e imediata”. Dessa forma, entendemos que as estruturas de sentimentos são como processos contínuos, não finalizados ou estagnados, pois estão sempre se transformando. Nesse sentido, em relação às comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas listadas em nosso catálogo, notamos que são constantes relatos de anciões desses grupos que temem o desaparecimento completo dos costumes e dos modos de vida de suas comunidades, visto que é grande a pressão e a violência vindos do exterior contra elas. Entram nessa questão empresas multinacionais e a especulação imobiliária, a extração irrestrita e insustentável de gás e petróleo por parte de empresas com a Petrobrás, além das medidas estatais neoliberais que visam se apropriar de territórios já habitados. Tudo isso faz com que

cresça o número de jovens, moradores dessas comunidades, que desejam – ou são obrigados – sair para irem morar nos centros das cidades, fenômenos desse tipo são relatados inúmeras vezes nas comunidades listadas neste catálogo.

Williams (1979, p. 136-137), ao teorizar sobre “estruturas de sentimentos”, define que: “Por vezes, o aparecimento de uma nova estruturas de sentimentos se relaciona melhor com a ascensão de uma classe (Inglaterra, 1700-60); por outras, com a contradição, o rompimento ou mutação dentro de uma classe (Inglaterra, 1780-1830, ou 1890-1930)”. Acreditamos que o fato dos membros mais jovens de muitas dessas comunidades tradicionais não terem as mesmas possibilidades objetivas/materiais – ou mesmo, o desejo – de viver como seus pais e avós estão relacionados com rompimentos e mutações dentro desses grupos, causados por diversos fenômenos, e que acabam por transformar as estruturas de sentimentos existentes e, ao mesmo tempo, mas também fomentar novos sentimentos em relação à vida em comunidade..

Contudo, é importante ressaltar que, da mesma forma que os ataques e intromissões que desmantelam e oprimem estas comunidades geram destruição, eles também produzem resistência. Associações são formadas nas comunidades e parcerias entre várias delas nascem como uma forma de defender seus interesses. O Fórum de Comunidades Tradicionais, por exemplo, já inclui em sua composição membros de dezenas de povos da Costa Verde. Essas comunidades também procuram se adaptar às condições de vida que são impostas a elas, internalizando em seu meio trabalhos com o turismo, para que as mesmas ao menos possam manter seus territórios, resistindo assim à especulação imobiliária.

Ampliando a discussão para a questão dos projetos de mitigação nas comunidades tradicionais, voltamos-nos a Ribeiro, Cavalcante e Sollero (2021), que refletem sobre concepções de educação ambiental em disputa. Os autores identificam 3 macrotendências político-pedagógicas que circulam os estudos sobre as relações sociais e o meio ambiente, sendo elas as tendências *conservacionista*, *pragmática* e a *crítica*. As duas primeiras são consideradas “dois momentos de uma mesma perspectiva teórico-metodológica que ‘representa uma derivação evolutiva da macrotendência conservacionista e que têm em comum a omissão dos processos de desigualdade e injustiça social’. Já a macrotendência crítica reúne em si as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. Desse modo, elas se constroem “procurando contextualizar e politizar o debate ambiental, problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade”. (p. 549)

O artigo desses autores analisa o Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde, financiado pela Petrobrás, e cujo último relatório foi divulgado em maio de 2021. Com um prazo de execução para cerca de 30 anos, o projeto está presente nos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião, e alcança mais de 70 comunidades tradicionais. Os auto-

res trabalharam na coordenação pedagógica do projeto entre 2019 e 2020, e desse modo puderam observar tanto de dentro quanto de fora o andamento do mesmo.

Assim, o PEA foi concebido a partir da premissa de que as ações a serem desenvolvidas deveriam constituir um processo socioeducativo estruturante, ou seja “de fortalecimento socioeconômico e cultural, baseado na construção de um campo de aprendizagem social” para contribuir com o controle cidadão e a intervenção social qualificada. (Ribeiro et al, 2021, p. 556)

Contudo, as contradições em relação ao próprio objetivo do projeto se mostraram através de discordância entre os educadores que faziam parte do mesmo. Os autores denunciam que a análise das proposições escritas nos textos base do PEA demonstram que a intenção por trás do mesmo era, na verdade, a busca por soluções pragmáticas para os dilemas identificados nas comunidades tradicionais. Esse tipo de resolução não seria eficiente, pois “[...] os impactos que ameaçavam a permanência dos grupos sociais vulneráveis em seus territórios e na atividade da pesca artesanal perpassa questões ambientais de determinações amplas e complexas, não sendo, portanto, passíveis de soluções imediatistas” (Ribeiro et al, 2021, p. 559). Desse modo, durante a fase 1 do PEA, a incompreensão exata acerca da metodologia a ser aplicada pelos educadores gerou conflitos entre os mesmos, o que acabou por manifestar divergências políticas-pedagógicas:

“Elementos elucidativos desse debate foram registrados no relatório da 3ª Oficina de Formação Continuada da Equipe Executora (OFCEE), realizada em 19 de dezembro de 2017, a partir de exposição e debate conduzidos por Frederico Loureiro na formação sobre ‘temas geradores na práxis da educação popular’. Durante a formação, o professor destacou ‘a falta de foco ou clareza nos objetivos do Plano de Trabalho’. Enfatizando que o tema gerador deve ser um ponto de partida para a compreensão mais ampla da realidade, não um problema a ser resolvido. ‘Pois o processo de fortalecimento está na percepção do simbólico/abstrato que permeia toda a relação da comunidade com aquele tema’.” (Ribeiro et al, 2021, p. 559)

Para acrescentar a análise desse tema, podemos trazer Araújo (2019), que no artigo *A educação ambiental crítica e o projeto de mitigação em comunidades quilombolas: o caso do Projeto Quipea*, ao comentar sobre o Projeto Quipea¹, argumenta que projetos voltados para a Educação Ambiental possibilitam a indivíduos e a grupos sociais a percepção dos mesmos como sujeitos que podem

1 Descrito como um Projeto de Educação Ambiental Crítica, o Projeto Quipe é financiado e está vinculado às atividades da empresa Shell, que trabalha com a produção e escoamento de petróleo e gás natural nos campos de Bijupirá & Salema e Parque das Conchas, na Bacia de Campos. O projeto foi um condicionante para o licenciamento concedido à empresa, atuando em comunidades quilombolas da região.

compreender as complexas relações sociedade-natureza, assim como os leva a se comprometerem com ações em prol da prevenção de riscos e danos socioambientais decorrentes de intervenções no ambiente físico natural e construído. Caberia assim a esses projetos a responsabilidade de qualificar as lideranças formadas e em formação dentro das comunidades quilombolas, em busca de autonomia política. (Araújo, 2019, p. 17).

Entre as atividades realizadas no Projeto Quipea, o autor destaca que:

A equipe realiza mobilização nas comunidades para os eventos do projeto; faz leituras de documentos importantes para o projeto junto com as comunidades; socializa informações e eventos importantes para a construção da autonomia; facilitam o trabalho das Associações Comunitárias Quilombolas do Quipea; e articulam a integração das 20 comunidades. Ela é o principal canal de comunicação entre a Shell, a Equipe executora como um todo e a Shell. (Araújo, 2019, p. 22)

Contudo, apesar de ter a palavra “crítica” no título de seu artigo, o autor em momento algum discorre sobre quais são os impactos negativos possíveis ou concretamente causados pela Shell em suas atividades, ao invés disso apenas escrevendo de maneira muito pragmática apenas sobre os “resultados” positivos do Projeto Quipea.

As atividades previstas no Plano de Trabalho para o período relatado foram realizadas de forma participativa e geraram resultados significativos. A atuação na base concorre para alcançar o objetivo de fortalecimento da organização comunitária nos territórios. O resultado dos três Eventos Culturais realizados, traduziu-se na produção de saberes diversos, visibilidade regional das comunidades que realizam a atividade em seus territórios, a valorização da mão de obra local como demanda das comunidades locais e a discussão política construída durante a realização das Mesas Redondas com a temática escolhida pelas comunidades. (Araújo, 2019, p. 26)

O catálogo, que aqui apresentamos, dialoga e se constitui como parte integrante da pesquisa de Adair Jose de Aguiar da Silva, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, sob a orientação de Lia Tiriba e Maria Ciavatta, intitulada *Trabalho-educação e modo de vida no Quilombo de Santa Rita do Brauí: A fotografia como fonte de pesquisa*, tendo com um dos objetivos identificar projetos de mitigação nas comunidades tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. Essas medidas mitigatórias, em teoria, se tratam de estratégias de “gestão de risco”, que projetam os riscos ambientais diretos, indiretos e difusos da atividade licenciada, que são postas em prática quando não há soluções ou meios de compensar financeiramente os impactos negativos causados pela exploração de recursos natu-

rais, buscando identificar e controlar, fazendo com que criem projetos paralelos na tentativa de remediar, disfarçar ou até mesmo tirar o foco dos problemas existente, em sua maioria provenientes da extração de forma insustentável, feita por empresas nacionais, públicas, como no caso da Petrobras, e multinacionais.

Nesse levantamento, os projetos que mais se fazem presentes nas comunidades tradicionais são dois: o Povos e o Redes. O Projeto Povos (2021) se trata de uma “medida de mitigação exigida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no âmbito do licenciamento ambiental federal da atividade de produção de petróleo e gás da Petrobrás no Polo Pré-Sal” segundo a Organização de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (2022), responsável por executar o projeto em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Além do Projeto Povos, temos também o Projeto Redes trabalhando na Costa Verde. Esse projeto, segundo o próprio site do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, procura “celebrar as práticas pesqueiras nas comunidades tradicionais e compor redes de apoio, troca e reflexão crítica sobre os impactos causados pela exploração do pré-sal”. O projeto é resultado de uma parceria entre a Fiotec/Fiocruz, do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), da UFF e da Unesp. Sua criação foi uma condicionante exigida pelo Ibama à Petrobrás para o licenciamento ambiental federal, e é descrita como “uma política pública conquistada por comunidades tradicionais pesqueiras impactadas por empreendimentos de petróleo e gás natural no litoral norte de São Paulo e no litoral sul do Rio de Janeiro.”²

O objetivo desse levantamento se encontra na mesma esfera temática. Temos como recorte geográfico os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, uma grande área que conta com dezenas de comunidades tradicionais, compostas por diferentes culturas e modos de vida, habitando em praias ou no meio de florestas. Algumas contam com centenas de núcleos familiares, já outras possuem um número de famílias que pode ser contado com os dedos de uma mão.

Ao mesmo tempo, essas áreas são fortemente afetadas por medidas e construções estatais e pela intromissão de empresas multinacionais, seja na exploração de petróleo e recursos naturais, ou pela construção de hotéis e parques em áreas já habitadas por comunidades tradicionais. Muitas atividades feitas por esses povos se baseiam no contato direto com a natureza, mas fauna e flora não saem ilesas da ganância neoliberal. O pescado diminui e às vezes até desaparece, as roças não resistem e em muitos casos deixam de ser cultivadas. Assim, os membros desses grupos acabam tendo que abandonar os modos de vida tradicionais e passam a trabalhar como empregados de hotéis e restaurantes construídos em pontos turísticos, ou até mesmo se movem até o centro das cidades para trabalharem como funcionários públicos.

2 Mais informações sobre o Projeto Redes estão disponíveis em: <<https://www.otss.org.br/post/projeto-de-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-costa-verde-inicia-atividades-da-segunda-fase>> . Acesso em 16 mai. 2024.

A intenção de catalogar de povos e comunidades tradicionais das municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba se deu por diversos motivos, entre eles:

1. A Bacia de Santos, onde se situa o Pré-Sal, concentra quase 75% da produção de petróleo em território nacional. Está entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo.
2. Nesta região do bioma Mata Atlântica estão concentrados Povos e Comunidades Tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros) e outros grupos que realizam alguma prática econômica extrativista e artesanal.
3. Na Bacia de Santos, delimitamos os municípios de Angra, Paraty e Ubatuba, entendido como espaço geográfico mais amplo onde se desenvolve a pesquisa de Adair Jose de Aguiar da Silva, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, sob a orientação de Lia Tiriba e Maria Ciavatta, intitulada *Trabalho-educação e modo de vida no Quilombo de Santa Rita do Bracuí: A fotografia como fonte de pesquisa*.
4. Nossa hipótese é de que os modos de vida³ das comunidades tradicionais têm sido afetados direta e indiretamente pelas atividades de licenciamento ambiental, em particular pela indústria de petróleo e gás na Bacia de Santos (Pré-Sal). Daí a intenção de rastrear projeto de mitigação nessa região para, posteriormente proceder o estudo sobre estruturas de sentimentos

Quanto às fontes sobre a diversidade de comunidades tradicionais, destacamos que:

a) Sobre comunidades e territórios indígenas foram utilizadas um grande número de fontes secundárias, como sites e documentos. O Observatório da Presença Indígena no Estado do Rio de Janeiro (OPIERJ), fruto de uma parceria entre a Faculdade de Educação e o Núcleo de Estudos sobre Povos Indígenas, Interculturalidade e Educação (NEPIIE) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ),⁴ nos forneceu diversas informações.

b) Sobre comunidades caiçaras existentes em Paraty e Ubatuba, a principal fonte foi o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da **bocaina**,⁵ uma iniciativa do Projeto Povos. Possui catálogos das comunidades tradicionais de sua área de atuação em projeto de mitigação, cuja abrangência inclui os 3 municípios.

³ Entendemos por “modos de vida” [...] um conjunto de práticas sociais, econômicas e culturais cotidianas compartilhadas por um determinado grupo social no processo de produção da vida material e simbólica. Como expressão da cultura, diz respeito aos costumes, às tradições, aos valores, às crenças e aos saberes que orientam as normas de convivência na vida familiar, no trabalho e em âmbito comunitário (Tiriba, 2021, p. 414).

⁴ Possível acessar em: <<https://opierj.org/>>

⁵ Possível acessar em: <<https://www.otss.org.br/post/projeto-povos-publica%C3%A7%C3%B5es-revelam-desafios-e-riquezas-de-mais-17-comunidades-tradicionais-de-paraty>>.

Sobre este último município, carece de informações sobre as comunidades tradicionais caiçaras presentes, principalmente no que diz respeito a seus modos de vida. As fontes de informações mais frequentes sobre elas foram o site oficial da Ilha Grande,⁶ e também a dissertação de mestrado de Flávio de Assumpção Brito (2001).

Para informações a respeito das comunidades quilombolas das regiões especificadas, o Atlas do Observatório Quilombola foi utilizado. Este, é um dos resultados do projeto “Apoio ao fortalecimento político e protagonismo das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro”, promovido pela organização KOINONIA, com a colaboração da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj) e o apoio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).⁷

Além dessas, foram utilizadas também fontes secundárias listadas nas referências bibliográficas para maiores detalhes e informações a respeito das comunidades tradicionais.

Ainda como consideração, é importante ressaltar que não listamos absolutamente todas as comunidades tradicionais cujas existências são relatadas. Por exemplo, o site Repórter Brasil afirma que existem cerca de 40 comunidades caiçaras em Paraty⁸. Mas em nossas pesquisas, o número de povos caiçaras encontrados foi bem menor. Dessa forma, trabalhamos apenas com as comunidades em que encontramos uma quantidade mínima de informação.

Para concluir, é importante ressaltar que não pretendemos realizar uma análise aprofundada sobre como se dá a atuação e os aspectos político-pedagógicos do Projeto Povos e o Projeto Redes. Nosso objetivo é identificar a extensão da atuação dos mesmos, pois entendemos que isso nos dá pistas para entender a expansão do impacto do capitalismo nos modos de vida das comunidades tradicionais das comunidades situadas nos municípios analisados. Ainda, trazemos um pouco da história desses grupos e como se dá o cotidiano dos mesmos.

Por meio deste catálogo, atestamos que as medidas neoliberais praticadas por empresas estatais e multinacionais estão continuamente se expandindo a novas áreas, interferindo nos modos de vida dessas comunidades tradicionais, o que é comprovado por inúmeros fenômenos. Entre eles, temos o cada vez maior abandono da pesca nas comunidades caiçaras e o deslocamento de pessoas saindo dessas comunidades para morar em outras regiões, o que pode interferir nas “estruturas de sentimentos” desses povos e comunidades.

6 Disponível em <<https://www.ilhagrande.com.br/>>

7 Possível acessar em: <<https://kn.org.br/atlasquilombola/>>.

8 Link da matéria: <<https://especial.reporterbrasil.org.br/comunidades-tradicionais/caicaras-de-paraty/>>. Acesso em 28/04/24.

Apesar de tudo isso, as comunidades ainda procuram maneiras de resistir e preservar sua cultura, seja criando associações e firmando parcerias com o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). Afinal, a relação ser-humano/natureza é insubstituível e inestimável, e no mundo contemporâneo, são principalmente nas comunidades tradicionais que isso ainda pode ser encontrado. “Estruturas de sentimentos” podem ser identificadas também nesses atos de resistência e na busca pela preservação dos modos de vida tradicionais (Chagas, Tiriba, 2023).

Quadro 1: Dados preliminares

Município	Comunidades Indígenas	Comunidades Caiçaras	Comunidades Quilombolas	Total de Comunidades no Município	Projetos de Mitigação
Angra dos Reis	1	16	2	19	18
Paraty	5	16	3	24	19
Ubatuba	4	19	4	25	25
Total	10	51	9	70	62
Total Geral	70 Comunidades tradicionais ativas encontradas. 88% das Comunidades possuem algum projeto de mitigação.				

Quadro elaborado pelos autores.

Informações que podem ser encontradas no catálogo:

- Nome e localização das comunidades
- Número de habitantes e famílias.
- Quando foi fundada.
- Como vivem seus habitantes.
- O que produz.
- Parceiros e Associações.
- Projetos de compensação ou mitigação.

Observação: Nas tabelas que precedem a listagem das comunidades de cada município, estão marcadas em **negrito** as comunidades que sofrem projetos de mitigatórios como o **Projeto Povos** e o **Projeto Redes**.

Quadro 2: Povos e Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis

Angra dos Reis		
Comunidades Indígenas	Comunidades Caiçaras	Comunidades Quilombolas
Aldeia Sapukai	Frade	Alto da Serra do Mar
	Parnaioca	Santa Rita do Bracuí
	Aventureiro	
	Praia Vermelha	
	Abraão	
	Palmas	
	Dois Rios	
	Provetá	
	Araçatiba	
	Sítio Forte	
	Matariz	
	Bananal	
	Freguesia de Santana	
	Japariz	
	Saco do Céu	
	Praia da Longa	

Comunidades Indígenas em Angra dos Reis



Figura 1: Evento do Dia Nacional dos Povos Indígenas realizado na aldeia Sapukai.

Fonte: GUSMÃO, Wagner. 2024. Disponibilizada pela prefeitura de Angra dos Reis.

1. Aldeia Sapukai

- a) **Localização:** A comunidade pode ser encontrada no bairro Bracuí – muitas vezes sendo chamada de Aldeia Bracuí por esse motivo – a cerca de 6km da BR-101 e 25km da cidade, em uma área repleta de montanhas que conta com 2128 hectares demarcados cercados pela mata Atlântica.
- b) **Autodenominação:** Guarani Mbyá
- c) **Famílias:** A aldeia possui atualmente, 115 famílias, compostas pelos 339 indígenas (IBGE, 2022) da tribo guarani que vivem na região, sendo que desse total, mais da metade são crianças menores de 14 anos.
- d) **Origem:** A formação da comunidade está relacionada ao processo migratório de indígenas Mbyá oriundos da região Sul do Brasil, que se iniciou no Rio de Janeiro na década de 1950. Essa ação foi desencadeada por questões religiosas, uma migração associada à busca de um lugar localizado além do mar, considerado ideal, uma perfeita onde o mal não existe, segundo a sua cultura.
- e) **Como vivem:** As aldeias podem ser constituídas por famílias extensas, desde que essas, possuam uma chefia espiritual e política própria, formando assim, uma unidade de produção e consumo onde vivem habitando em casas próximas às árvores frutíferas, mantendo roças familiares e plantando em sistemas de rodízio.
- f) **O que produzem:** Como a aldeia se encontra em uma encosta, a prática de atividades tradicionais como caça e pesca são difíceis de serem realizadas, fazendo com que o principal foco da comunidade seja a agricultura. Em suas terras, costumam plantar de tudo, mas principalmente os alimentos que compõem a sua dieta como milho, mandioca, batata doce, amendoim e feijão. Além da agricultura, fazem o uso da mata como um todo para a produção de casas, arcos, cestos, ornamentos e objetos rituais religiosos, produzindo também artesanato, para ser vendido às margens da rodovia.
- g) **Associações e Parceiros:** Através da luta dos povos indígenas, a comunidade “mantém parcerias de apoio técnico com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com o Centro de Ação Comunitária (CEDAC), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Associação de Leitura do Brasil (ALB), a Associação Vida no Crescimento e na Solidariedade (AVI-CRES), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis por meio das Secretarias Municipais de Saúde e de Educação e até mesmo com instituições internacionais como o *Scottish Catholic International Aid Fund* (SCIAF).” (Nobre, 1998).
- h) **Projetos de Mitigação:** A aldeia Sapukai faz parte do **Projeto Povos**, sendo uma das primeiras no município a ser incluída na medida mitigadora executada pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina.

Quadro 3: Conclusão Preliminar a respeito das comunidades indígenas de Angra dos Reis

Município	Comunidades Indígenas	Projetos de Mitigação
Angra dos Reis	1	1

Quadro elaborado pelos autores.

Há apenas 1 comunidade indígena no município de Angra dos Reis e ela possui projeto de mitigação.

Comunidades Caiçaras em Angra dos Reis



Figura 2: Coqueiro deitado da Praia do Aventureiro, onde é localizada a comunidade caiçara de mesmo nome.

Fonte: Disponibilizada por: SAPÊ - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, 2022. Autor desconhecido.

1. Comunidade Caiçara do Frade

- a) **Localização:** A comunidade de Frade se localiza no município de Angra dos Reis, do Rio de Janeiro, a aproximadamente 30km de distância do centro e a 5km de distância da central nuclear Almirante Álvaro Alberto (Safadi, 2013, p. 9), seguindo a rodovia BR-101 em direção a Santos (Silva, 2000, p. 3).
- b) **Famílias:** Não foi possível encontrar informações a respeito dessa categoria.
- c) **Origem:** Sua formação se deu devido a miscigenação de povos pretos, indígenas, portugueses e de diferentes etnias que chegaram à região devido ao intenso processo de migração que ocorreu pela alta em oportunidades de emprego na área da indústria e da busca pela estabilidade (Safadi, 2013, p. 9). Parte de sua população, já vivia na região há gerações e aprenderam a conviver com os recém- chegados, até se tornarem a comunidade que existe nos dias de hoje.
- d) **Como vivem:** Com as imensas mudanças que aconteceram na área nas últimas décadas integrando um grande projeto de expansão urbana que inclui a construção da rodovia BR-101 e da central nuclear, degradando o meio ambiente e valorizando as terras iniciando um grande processo de especulação imobiliária como consequência, a comunidade, que tinha uma forte tradição pesqueira, não vive mais da pesca, mas continua se autodenominando caiçara, resistindo como pode, tentando manter sua identidade, preservando sua cultura, seus valores tradicionais e suas práticas caracterizadas pela pesca e por formas de cultivo em pequena escala (Silva, 2000, p.3).
- e) **O que produzem:** Apesar de não viverem da pesca, ainda praticam, praticando também a agricultura através do cultivo de alimentos em pequena escala. Os alimentos específicos produzidos pela comunidade não foram encontrados.
- f) **Associações e parceiros:** Possui uma parceria com a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ) e com a Organização dos Caiçaras e Amigos (OCA), uma ONG com sede na região do Frade desde 2011, responsável pela realização de diversas ações ambientais, culturais, sociais e até mesmo confraternizações. Um dos frutos dessa parceria foi o projeto “Recultura”, um trabalho de fortalecimento cultural produzido pela OCA e pelo SAPÊ, em parceria com o fundo Socioambiental CASA, na tentativa de desenvolver a cultura caiçara da região excessivamente impactada pela indústria nuclear, pelo turismo e pelo crescimento urbano desordenado. (Combate Racismo Ambiental, 2017).
- g) **Projetos de Mitigação:** A comunidade faz parte do **Projeto Redes** e do

Projeto Povos, executado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (2022), em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). No entanto, o mapeamento do seu território com informações atualizadas ainda não foi publicado pelo observatório.

2. Comunidade Caiçara de Parnaioca

- a) **Localização:** Esta, se encontra na região sul da Ilha Grande, em uma de suas partes mais isoladas, entre a Ponta Alta da Parnaioca e a Ponta de Tucunduba.
- b) **Famílias:** Em meados do século XX, a comunidade era formada por mais de 1000 habitantes, mas devido a mudanças drásticas na região, a área ficou quase deserta, possuindo apenas 6 casas e pouquíssimas famílias nos dias de hoje.
- c) **Origem:** Não foi possível encontrar informações a respeito de sua origem.
- d) **Como vivem:** Tempos atrás, no século XX, Parnaioca era um território bem povoado, possuindo aproximadamente 1000 habitantes que viviam da pesca e da agricultura de subsistência. Mas nos arredores da região existia um presídio, que tinha acabado de mudar, deixando de ser apenas para presos políticos para abrigar todo o tipo de criminosos. Devido a isso, a região que antes era pacífica começou a ter muitos problemas. Fugas constantes começaram a acontecer, com os presidiários escolhendo Parnaioca como rota de fuga, entrando na comunidade, realizando assaltos e ameaças frequentes em busca de comida, mantimentos e meios para continuarem foragidos. O medo fez com que muitos moradores saíssem da região em busca de melhores condições de vida, e assim, em pouco tempo, Parnaioca ficou quase vazia, com apenas alguns moradores tentando resistir e preservar a sua cultura. O presídio não existe mais, mas o dano já havia sido feito e ele ainda iria se agravar. Depois do presídio, o problema passou a ser a pesca predatória. Uma atividade que antes era feita pelos caiçaras como meio de subsistência, passou a ser utilizada para suprir matéria prima das indústrias de pescado. Com guindastes gigantescos acoplados a barcos movidos a motores poderosos, a pesca foi se intensificando cada vez mais, até acabar todo o peixe da região, prejudicando o meio ambiente e também o modo de vida do caiçara de Parnaioca. Nos dias de hoje, ainda há caiçaras na região, embora em pouquíssima quantidade e sem recursos como a eletricidade, os remanescentes desse povo resistem, batalhando para perpetuar o seu modo de vida.
- e) **O que produzem:** Antes de ser abandonada, os membros da comunidade praticavam a pesca, a caça e a agricultura de subsistência, plantando mandioca, café, milho, cana-de-açúcar, inhame e diversos tipos de árvores frutíferas, criando também galinhas, cabras, porcos e vacas.
- f) **Associações e parceiros:** A comunidade possui uma associação própria, a Associação de Moradores Tradicionais e Amigos da Parnaioca (AMO-TAP), responsável pela organização do local.
- g) **Projetos de Mitigação:** Parnaioca também faz parte do **Projeto Redes** e do **Projeto Povos**, mas seu mapeamento com informações atualizadas ainda não foi disponibilizado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, o desenvolvedor da iniciativa.

3. Comunidade Caiçara Aventureiro

- a) **Localização:** A comunidade se encontra na parte sudoeste da Ilha Grande, no município de Angra dos Reis, estando integrada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), para que a população nativa, sua cultura e o ambiente que os cerca sejam preservados.
- b) **Famílias:** Hoje, a comunidade caiçara da região possui mais de 100 moradores.
- c) **Origem:** Não foram encontradas informações.
- d) **Como vivem:** A escola da comunidade possuía apenas 21 alunos e 1 professor em 1998, segundo Brito (2001, p. 33). O pescado na Ilha Grande diminuiu muito devido à frequente pressão da pesca que não era feita no mar aberto, mas unicamente na costa da Ilha; e ainda por conta de agressões feitas ao meio ambiente por empreendimentos hoteleiros e imobiliários. Contudo, alguns núcleos de pesca ainda são mantidos, e Aventureiro mantém um dos maiores grupos de pescadores, assim como Provetá, Matariz, Araçatiba e Praia Vermelha. Devido a conflitos causados pela especulação imobiliária, a PMAR e a DPU fizeram a regularização fundiária de algumas comunidades, e Aventureiro está entre elas. Atualmente, devido ao aumento do número de turistas na região, o turismo passou a ser sua principal fonte de renda e as atividades relacionadas à exploração dos recursos naturais deixaram de ser prioridade, sendo realizadas em segundo plano.
- e) **O que produzem:** Embora em menor quantidade, os integrantes da comunidade ainda praticam a pesca e a agricultura de pequena escala para seu próprio sustento, entre os alimentos produzidos estão diversos tipos de peixe, banana, mandioca e farinha.
- f) **Associações e parceiros:** Possui sua própria associação, a Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV), criada com o intuito de defender a comunidade dos ataques à sua permanência e modo de vida.
- g) **Projetos de Mitigação:** A comunidade do Aventureiro participa do **Projeto Redes** e do **Projeto Povos**, sem possuir ainda, seu mapeamento completo.

4. Comunidade Caiçara da Praia Vermelha

- a) **Localização:** Como parte da Ilha Grande, a Praia Vermelha possui transporte por barco de turismo diariamente, saindo de Angra dos Reis.
- b) **Famílias:** Segundo o site oficial da Ilha, a comunidade possui uma população de cerca de 150 pessoas.
- c) **Origem:** A região costumava ser uma grande área de agricultura, com grandes produções de bananas, farinha de mandioca, cana de açúcar, além, é claro, do pescado. Contos locais afirmam o nome “Praia Vermelha” foi dado a aquele território por nativos, há mais de 500 anos, pois estes faziam grandes fogueiras na praia que davam a coloração vermelha a areia. Já outros defendem que o nome surgiu pois nas águas próximas da praia era comum a caça de baleias, e o sangue das mesmas pintavam a água de vermelho.
- d) **Como vivem:** Brito (2001, p. 33) revela que a escola da comunidade contava com 26 alunos e 1 professor em 1998. Mantém um dos maiores grupos de pescadores da Ilha, juntamente de Araçatiba, Provetá, Matariz e Aventureiro. O turismo na praia e na comunidade está em uma grande crescente nos últimos anos.
- e) **O que produzem:** A maioria dos moradores trabalha com o pescado. Informações sobre outras atividades não foram encontradas.
- f) **Associações e parceiros:** Possui sua própria associação para organização e defesa do território, a Associação de Moradores da Praia Vermelha (AM-PRAVER)
- g) **Projetos de Mitigação:** Participa do **Projetos Redes** e do **Projeto Povos**, sem mapeamento realizado.

5. Comunidade Caiçara Abraão

- a) **Localização:** A Vila do Abraão é considerada a “capital” de Ilha Grande, sendo o seu principal ponto de chegada. Na enseada, são encontradas 14 praias e 5 ilhotas. O acesso a Abraão pode ser feito em pontos diferentes do continente, sendo eles Angra dos Reis, Conceição de Jacaré, Mangaratiba e Paraty.
- b) **Famílias:** O site oficial da Ilha estima que a comunidade possui uma população de cerca de 1.900 moradores.
- c) **Origem:** Não foram encontradas informações.
- d) **Como vivem:** De acordo com o Resa Mundi, site especializado em turismo, na comunidade há polícia militar, corpo de bombeiros, lojas de artesanatos e roupas, farmácia, jornaleiro e posto de saúde 24 horas. Segundo a tabela de escolas da Ilha Grande feita por Flávio Brito (2001, p. 33), a escola da Vila do Abraão contava com 294 alunos e 17 professores em 1998. Números atuais não encontrados. A renda da maior parte da população está relacionada ao turismo, mas existem várias famílias que mantêm atividades voltadas para a pesca, além daqueles que trabalham como funcionários públicos.
- e) **O que produzem:** Não foram encontradas informações.
- f) **Associações e parceiros:** Não foram encontradas informações.
- g) **Projetos de Mitigação:** Faz parte do **Projeto Redes**.

6. Comunidade Caiçara Palmas

- a) **Localização:** Localizada na Ilha Grande, a Enseada de Palmas contém 8 praias, sendo elas: Praia Brava de Palmas, Praia Grande de Palmas, Praia dos Mangues, Praia do Pouso, Praia de Itaóca, Praia de Itaoquinha, Praia da Aroeira e a Praia dos Arrecifes.
- b) **Famílias:** Atualmente é um dos menores núcleos habitados da Ilha Grande, com uma população de cerca de 70 pessoas, de acordo com o site oficial da Ilha.
- c) **Origem:** No local existiam fazendas escravistas, comprovadas pelas ruínas de casas que ainda podem ser vistas.
- d) **Como vivem:** Apesar do grande número de praias na enseada, o turismo não é grande, e por isso, a população não o tem como uma grande fonte de renda.
- e) **O que produzem:** A pesca é a principal atividade realizada na comunidade.
- f) **Associações e parceiros:** Não foram encontradas informações.
- g) **Projetos de Mitigação:** Faz parte do **Projeto Redes**.

7. Comunidade Caiçara Dois Rios

- a) **Localização:** Dois Rios possui uma praia de cerca de um quilômetro de extensão, considerada uma das mais belas da Ilha Grande.
- b) **Famílias:** Atualmente a comunidade possui cerca de 150 moradores, de acordo com o site oficial a Ilha.
- c) **Origem:** Na localidade existiu o presídio Cândido Mendes, que foi fechado em 1993. Esse território se tornou propriedade do Estado do Rio de Janeiro e é administrado pela UERJ e seu Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentado (CEADS).
- d) **Como vivem:** Não foram encontradas informações.
- e) **O que produzem:** O pescado dessa localidade é abundante e dito de qualidade, sendo vendido também em outras comunidades da Ilha.
- f) **Associações e parceiros:** Boa parte da população trabalha para a UERJ, ocupando casas da região que estão em mau estado.
- g) **Projetos de Mitigação:** Faz parte do **Projeto Redes**.

8. Comunidade Caiçara Provetá

- a) **Localização:** Presente no lado oceânico da Ilha Grande, a praia de Provetá tem cerca de 500 metros.
- b) **Famílias:** Segundo o site oficial da Ilha Grande, a comunidade é a 2ª maior da Ilha, com uma população de cerca de 1500 habitantes.
- c) **Origem:** Não foram encontradas informações.
- d) **Como vivem:** Provetá possuía a maior escola da Ilha em 1998, contando com mais de 400 alunos e 18 professores, de acordo com Brito (2001, p. 33). Atualmente, a comunidade possui duas escolas, uma para o ensino fundamental e outra para o ensino médio. Ainda segundo o autor, a comunidade também é uma das únicas na Ilha a terem uma unidade de saúde. Mantém um dos maiores grupos de pescadores da Ilha, juntamente de Araçatiba, Praia Vermelha, Matariz e Aventureiro. A atividade turística na região não é tão forte quanto em outras comunidades da Ilha.
- e) **O que produzem:** Praticam a pesca artesanal, sendo essa a principal atividade realizada.
- f) **Associações e parceiros:** Juntamente com a comunidade Matariz, possui parceria com o projeto Marulho, que utiliza restos de redes de pesca na criação de objetos e utensílios para serem vendidos.
- g) **Projetos de Mitigação:** Faz parte do **Projeto Redes**.

9. Comunidade Caiçara Araçatiba

- a) **Localização:** É considerada a segunda comunidade da Ilha Grande mais importante em atividade turística. A enseada abrange uma extensa área da costa e conta com 6 praias: Praia de Araçatiba, Praia do Viana, Praia da Cachoeira, Praia Vermelha e Praia de Itaguaçu. O acesso pode ser feito diretamente de Angra dos Reis para Araçatiba, através de barcos .
- b) **Famílias:** A tese de Brito (2001) revelava que a comunidade tinha uma população de 442 habitantes. Dados mais recentes, encontrados no site oficial da Ilha, revelam que aproximadamente 370 pessoas continuam na região.
- c) **Origem:** Não foram encontradas informações.
- d) **Como vivem:** A escola da comunidade contava com 58 alunos e três professores em 1998 de acordo com Brito (2001, p. 33). Ainda segundo o autor, a principal fonte de renda dos moradores da região é o trabalho com o turismo. Possuem um posto de saúde para atendimentos básicos. Mantém um dos maiores grupos de pescadores da Ilha, juntamente de Praia Vermelha, Provetá, Matariz e Aventureiro. A comunidade recebeu uma regularização fundiária, feita pela PMAR e a DPU.
- e) **O que produzem:** O alto número de pescadores da comunidade sugere que a pesca seja a principal atividade realizada. Informações sobre roças e outras ocupações não foram encontradas.
- f) **Associações e parceiros:** Não foram encontradas informações.
- g) **Projetos de Mitigação:** Faz parte do **Projeto Redes**.

10. Comunidade Caiçara Sítio Forte

- a) **Localização:** Está localizada no centro da enseada de Sítio Forte, na Ilha Grande. A praia possui um comprimento de cerca de 550 metros.
- b) **Famílias:** Números específicos de famílias não foram encontrados. Contudo, o site oficial da Ilha Grande revela que a comunidade possui poucos moradores.
- c) **Origem:** Durante o período colonial, uma fazenda existia nesse território. Já no século XX, serviu como centro de operações para missões de captura de fugitivos do presídio de Dois Rios.
- d) **Como vivem:** Flávio Brito revela que a escola da comunidade tinha 34 alunos e 1 professor em 1998.
- e) **O que produzem:** O acesso à praia sugere que a pesca artesanal deve ser muito praticada. Informações sobre outras atividades não foram encontradas.
- f) **Associações e parceiros:** Não foram encontradas informações.
- g) **Projetos de Mitigação:** Faz parte do **Projeto Povos**.

11. Comunidade Caiçara Matariz

- a) **Localização:** Pequena comunidade caiçara localizada na Ilha Grande. Dados de localização mais específicos não foram encontrados.
- b) **Famílias:** Não foram encontradas informações.
- c) **Origem:** Não foram encontradas informações.
- d) **Como vivem:** A escola da comunidade contava com 29 alunos e 1 professor em 1998, de acordo com Flávio Brito (2001, p. 33). Além disso, mantém um dos maiores grupos de pescadores da Ilha, juntamente de Araçatiba, Provetá, Praia Vermelha e Aventureiro. Matariz teve seu processo de regularização fundiária concluído, feito pela PMAR e a DPU após conflitos com a EBRAPESCA, uma fábrica de salga que foi desativada em 1992. Ainda, são uma das únicas comunidades da Ilha a terem uma unidade de saúde.
- e) **O que produzem:** A principal atividade da comunidade é a pesca artesanal. Informações sobre outras atividades e produtos cultivados não foram encontradas.
- f) **Associações e parceiros:** A comunidade tem parceria com o projeto Marulho, que busca limpar os oceanos das sobras de redes de pesca e encontrar utilidade a elas, fazendo e vendendo produtos em parceria com as comunidades Matariz e Provetá. O site oficial do projeto divulgou, em 2022, um lucro gerado de mais de 130 mil reais para as duas comunidades supracitadas.
- g) **Projetos de Mitigação:** Faz parte do **Projeto Povos**.

12. Comunidade Caiçara Bananal

- a) **Localização:** O Bananal é o terceiro ponto turístico mais importante da Ilha Grande, de acordo com o site oficial do lugar. A Enseada do Bananal conta com 5 praias no total, sendo elas: Praia do Bananal, Praia do Bananal Pequeno, Praia da Baleia, Praia do Matariz e Praia de Jaconema.
- b) **Famílias:** Tem uma população de cerca de 370 pessoas.
- c) **Origem:** Um aspecto interessante e incomum dessa comunidade em relação a outras comunidades caiçaras da Ilha é a forte influência japonesa, devido ao fato de que na década de 50, imigrantes japoneses instalaram fábricas de processamento de sardinha no local, fábricas essas que na década de 70 já eram 7. O nome “Bananal” surgiu pois a região era a maior produtora de bananas na Ilha nos séculos XVIII e XIX.
- d) **Como vivem:** A tabela de escolas de Flávio Brito (2001, p. 33) destaca que a escola da Praia de Bananal possuía 20 alunos e 1 professor em 1998. Números atualizados não foram encontrados. A economia da região é baseada no turismo, na pesca, nos serviços públicos e nos transportes marítimos. As antigas fábricas de sardinha vieram a fechar devido à escassez do pescado, e esses estabelecimentos se tornaram pousadas.
- e) **O que produzem:** Não foram encontradas informações.
- f) **Associações e parceiros:** Não foram encontradas informações.
- g) **Projetos de Mitigação:** Faz parte do **Projeto Redes**.

13. Comunidade Caiçara Freguesia de Santana

- a) **Localização:** Uma das comunidades presentes na Ilha Grande. Habitam uma península composta por 4 praias, sendo elas as praias da Freguesia, da Baleia, da Grumixama e da Freguesia Sul. Junto com Japariz e Lagoa Azul, faz parte de uma região da Ilha chamada de Circuito da Lagoa Azul. A Igreja de Santana, edifício secular construído em 1843, é um dos pontos de referência mais importantes da ilha.
- b) **Famílias:** O site oficial da Ilha Grande declara que 50 moradores habitam a comunidade.
- c) **Origem:** Segundo o Resa Mundi e o site oficial da Ilha Grande, foi o primeiro lugar da Ilha Grande a ser povoado, sendo o seu centro de desenvolvimento econômico no século XVII. Possuía grandes lavouras de café, cereais e legumes, além de engenhos de legumes e aguardente.
- d) **Como vivem:** Segundo Flávio Brito (2001, p. 33), a escola de Freguesia de Santana contava com 18 alunos e 1 professor, em 1998. O estado atual da escola e número de alunos não foram encontrados.
- e) **O que produzem:** Não foram encontradas informações.
- f) **Associações e parceiros:** Não foram encontradas informações.
- g) **Projetos de Mitigação:** Faz parte do **Projeto Redes**.

14. Comunidade Caiçara de Japariz

- a) **Localização:** Outra comunidade localizada na Ilha Grande. O site oficial da ilha descreve os caminhos internos para chegar a Japariz: “Caminhando ou de mountain bike, partindo de Abraão, pelas trilhas T1 + T2 + T3, passando pelo aqueduto, pelas praias de Camiranga, de fora, na Enseada das Estrelas e comunidade do Saco do Céu. Ou vindo de oeste, pelas trilhas T6+T5+-T4+T3, desde Araçatiba passando pelas comunidades da Longa, Praias da Enseada de Sítio forte – Ubatubinha, Tapera, Sítio Forte, Maguaraquissaba, Tapera, Matariz, Bananal e Freguesia de Santana).”
- b) **Famílias:** Os poucos dados encontrados apenas destacam que a comunidade é habitada por uma pequena comunidade de pescadores e comerciantes, sem números específicos.
- c) **Origem:** Não foram encontradas informações.
- d) **Como vivem:** De acordo com a dissertação de mestrado de Flávio Brito (2001, p. 33), a comunidade possui acesso a energia elétrica convencional, enviada do continente através de cabos submarinos.
- e) **O que produzem:** Não foram encontradas informações.
- f) **Associações e parceiros:** Não foram encontradas informações.
- g) **Projetos de Mitigação:** Faz parte do **Projeto Redes**.

15. Comunidade Caiçara Saco do Céu

- a) **Localização:** Saco do Céu é uma rica área em biodiversidade existente na Ilha Grande. Possui diferentes manguezais e praias. Faz parte da Enseada das Estrelas. O acesso pode ser feito de barco partindo de Angra dos Reis ou pelas trilhas T02 (Aqueduto - Saco do Céu) e T03 (Freguesia de Santana - Saco do Céu).
- b) **Famílias:** Não se sabe o número exato de famílias e moradores da comunidade, mas segundo o site oficial da Ilha Grande, a Enseada das Estrelas conta com cerca de 550 moradores, sendo que em Saco do Céu está uma das maiores concentrações de pessoas.
- c) **Origem:** O nome “Saco do Céu” vem do fato de que, no local, é possível ver as estrelas refletindo nas águas calmas do mar. Já em termos históricos, é conhecido que na região existiam muitas fazendas escravistas e moinhos, além de ser um muito utilizado ponto de emboscadas pelos piratas.
- d) **Como vivem:** A importância do turismo – em termos econômicos – para a população moradora dessa comunidade vem se tornando cada vez maior, segundo o site oficial da Ilha Grande. O local é um conhecido ancoradouro de lanchas e veleiros, além de ser ideal para a prática de jet-ski e ski aquático. Contudo, a principal atividade realizada pelos caiçaras é a pesca. A infraestrutura da comunidade conta com acesso a energia elétrica, além de um mercadinho, uma escola e um posto de saúde.
- e) **O que produzem:** Não foram encontradas informações.
- f) **Associações e parceiros:** Não foram encontradas informações.
- g) **Projetos de Mitigação:** Faz parte do **Projeto Redes**.

16. Comunidade Caiçara da Praia da Longa

- a) **Localização:** Situada na Ilha Grande, a comunidade da Praia Longa conta com uma pequena praia de cerca de 350 metros de comprimento. A Praia Longa pode ser acessada através de viagens diárias feitas pelo barco de turismo Natiga.
- b) **Famílias:** A comunidade possui uma população de cerca de 150 pessoas.
- c) **Origem:** Nas décadas de 70 e 80, a Praia Longa contava com uma população bem maior, devido às fábricas de pescados ativas no local. Contudo, ela vieram a fechar posteriormente.
- d) **Como vivem:** A comunidade recebeu uma regularização fundiária, feita pela PMAR e a DPU, após conflitos com a Boating Club do Brasil. A escola local contava com 20 alunos e 1 professor em 1998 (Brito, 2001, p. 33).
- e) **O que produzem:** A principal atividade da comunidade é a pesca e o cultivo de mexilhões.
- f) **Associações e parceiros:** Não foram encontradas informações a respeito.
- g) **Projetos de mitigação:** Participa do **Projeto Redes** e do **Projeto Povos**, mas assim como as outras comunidades de Angra dos Reis, ainda não tiveram seu mapeamento realizado.

Quadro 4: Conclusão preliminar a respeito das comunidades caiçaras de Angra dos Reis

Município	Comunidades Caiçaras	Projetos de Mitigação
Angra dos Reis	16	16

Quadro elaborado pelos autores.

Há 16 comunidades caiçaras na região e 8 delas possuem projeto de mitigação.

Comunidades Quilombolas em Angra dos Reis



Figura 3: Evento de capoeira realizado no quilombo Santa Rita do Bracuí.

Foto por: KASSOW, Isabela. 2014. Disponibilizada por: Mapa da Cultura do Rio de Janeiro.

1. Alto da Serra do Mar

- a) **Localização:** A comunidade vive no distrito de Lídice, no município de Rio Claro, na região sul fluminense, ocupando um vale entre as serras de Casaca e a do Sinfrônio, que fica entre Rio Claro e Angra dos Reis, área conhecida como Alto da Serra do Mar. Seu território corresponde a 327,1900 hectares, sendo 211,98 hectares em Rio Claro e 115,21 hectares em Angra dos Reis.
- b) **Famílias:** O quilombo é formado por 20 famílias, compostas por 47 pessoas, sendo 40 quilombolas segundo o último censo do IBGE (2022).
- c) **Origem:** Sua formação se deu através da união de duas famílias, Leite e Antero, descendentes de trabalhadores escravizados nas antigas propriedades rurais de café da região do Médio Paraíba. Procurando áreas onde poderiam produzir carvão vegetal, eles se mudaram constantemente, até se instalarem na região por volta de 1950. Tempos mais tarde, a terra foi comprada e a família continuou na região plantando e “tomando conta” do local, com a permissão do novo proprietário. A família foi crescendo cada vez mais, criando fortes laços com o território, enquanto os supostos donos se mantiveram cada vez mais ausentes. Somente em 2003, um acordo entre Benedito Leite e o novo dono das terras.
- d) **Como vivem:** As posses foram distribuídas aos filhos e parentes próximos por Benedito e o território familiar foi ocupado. Para utilizar as cachoeiras que existem na área, os visitantes e moradores da região pedem permissão às lideranças locais.
- e) **O que produzem:** Quando a demanda por carvão vegetal caiu, foram se dedicando cada vez mais à agricultura, vivendo quase exclusivamente dela nos dias de hoje, vendendo bananas, criando peixes em tanques e exercendo também trabalhos variados como é o caso da produção de doces, queijos, pães e biscoitos caseiros, produzido pelas mulheres da comunidades, que são vendidos no comércio local de Lídice e em Angra dos Reis, junto da produção agrícola.
- f) **Associações e Parceiros:** Em 2011, a comunidade foi selecionada para receber o projeto Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), financiado pela empresa de energia elétrica Light, com o objetivo de contribuir com a geração de renda para os seus habitantes. Recentemente, no ano de 2023, novos projetos chegaram à comunidade. No mês de julho a Eletronuclear realizou a instalação de internet no quilombo, através de uma condicionante estabelecida pelo Ibama, com o objetivo de promover a inclusão digital e melhorar a qualidade de vida da população. E logo depois, em agosto, uma parceria do quilombo com o projeto (Re)Floresta, Água e Carbono – realizado pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) e financiado pelo Comitê

Guandu-RJ e Programa Petrobras Socioambiental – foi colocado em prática, através de uma série de atividades e capacitações elaboradas para promover a sustentabilidade econômica e a valorização cultural da comunidade.

g) Projetos de Mitigação: Não foram encontradas informações.

2. Santa Rita do Bracuí

- a) **Localização:** A comunidade está localizada na região da Costa Verde do estado do Rio de Janeiro, no município de Angra dos Reis, às margens da rodovia Rio Santos, onde ocupam um território de 616,65 hectares.
- b) **Famílias:** Segundo o último censo do IBGE (2022), há uma população de 613 pessoas vivendo na comunidade, sendo 333 pessoas quilombolas, e de acordo com dados disponibilizados pelo Incra (2015), cerca de 129 famílias.
- c) **Origem:** Sua formação se dá através de descendentes de trabalhadores escravizados na fazenda Santa Rita, então propriedade do comendador José de Souza Breves. As terras da fazenda foram doadas formalmente para os trabalhadores através do testamento do próprio comendador, no ano de 1879. As mudanças realizadas nas áreas que cercam o quilombo como um investimento para a potencialização da atividade turística, tiveram grande impacto na comunidade. As famílias foram desapropriadas de suas moradas e de suas áreas de subsistência, em um tipo de modernização autoritária. Com a pressão, conflitos vieram a acontecer e o território foi sendo cada vez mais violentado. Mas no meio de tudo isso o grupo se manteve firme, vivendo através de constantes atos de resistência, esclarecendo a todos a importância do seu território. A comunidade passou a se declarar remanescente de quilombo em 1999, e apenas em 2011 foi certificada pela Fundação Cultural Palmares.
- d) **Como vivem:** Os membros da comunidade vivem até os dias de hoje lutando pela titulação de suas terras, agora através da Associação dos Remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA), que substituíram as antigas lideranças, já de idade avançadas e cansadas depois de décadas de luta, pelos jovens da comunidade. Além de buscarem o reconhecimento oficial da comunidade e a garantia de seus direitos territoriais, eles têm também mobilizado a comunidade em torno do resgate de suas tradições culturais, como é o caso do Jongo e do Caxambu.
- e) **O que produzem:** As dificuldades enfrentadas pela comunidade contribuíram para que a prática do cultivo na região se tornasse cada vez mais escassa, com poucas famílias que ainda resistem na modalidade, fazendo com que a maior parte das terras fossem utilizadas fundamentalmente para moradia. Uma das principais fontes rentáveis dos habitantes são os empreendimentos turísticos, como o Marina Porto Bracuhy, que pode ser encontrado em seu próprio território.
- f) **Associações e Parceiros:** Criada pelos próprios moradores para os representar, a Associação dos Remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA), citada anteriormente, é fundamental para a organização e o funcionamento do quilombo. A fim de dar continuidade à luta por seus direitos e ao resgate de suas tradições culturais, a associação tem atuado como ponte, através de parcerias com organizações não governamentais

(ONGs) como o Koinonia e o Centro de Ação Comunitária (CEDAC). Entre esses parceiros também se destacam o Fórum de Entidades Populares, a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPE), a Fundação Cultural Palmares (FCP), o Ylá-Dudu, a Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj), a Secretaria de Estado de Cultura, o Ministério da Cultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Mais recentemente, a criação do espaço cultural Aiê Eletuloju, fundado pelo babalorixá Emerson Mec, realiza ações culturais através do jongo e de outras práticas culturais e religiosas, como o culto de candomblé. Outro parceiro da associação é o projeto Afro Origens - De naufrágios a Quilombos: Arqueologia da diáspora africana no Brasil. O Laboratório de história oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense possui um rico acervo com relatos orais em áudio e vídeo de quilombolas de Santa Rita, como o Manoel Soares, José Adriano, Marilda Souza, Geraldo Romão, Benedito Seixas, Joana Azevedo, Olga Romão e outros. A educação também têm um importante papel na estratégia de revalorização da comunidade e por isso, a ARQUISABRA, também se mobiliza para promover cursos e programas com o objetivo de aumentar a escolaridade dos jovens e adultos, incentivando também as crianças a aprimorarem sua formação.

Projetos de Mitigação: Faz parte do **Projeto Povos.**

Quadro 5: Conclusão preliminar a respeito das comunidades quilombolas de Angra dos Reis

Município	Comunidades Quilombolas	Projetos de Mitigação
Angra dos Reis	2	1

Quadro elaborado pelos autores.

Há apenas 2 comunidades quilombolas na região, sendo que ambas têm projetos de mitigação.

Quadro 6: Conclusão geral das comunidades do município

Município	Comunidades Indígenas	Comunidades Caiçaras	Comunidades Quilombolas	Projetos de Mitigação
Angra dos Reis	1	16	2	18

Quadro elaborado pelos autores.

No município de Angra dos Reis, foram encontradas 1 comunidade indígena, 16 caiçaras e 2 quilombolas, sendo que de acordo com as informações obtidas, 11 destas possuem algum projeto de mitigação.

Quadro 7: Povos e Comunidades Tradicionais de Paraty

Paraty		
Comunidades Indígenas	Comunidades Caiçaras	Comunidades Quilombolas
Aldeia Araponga (Guyraitapu)	Trindade	Quilombo do Cabral
Aldeia Paraty-Mirim (Itaxi Mirim)	Praia do Sono	Campinho da Independência
Aldeia Rio Pequeno (Tekoha Jevy)	Ponta Negra	Guiti
Aldeia Arandu Mirim (Saco de Mamanguá)	Paraty Mirim	
Aldeia Iriri Kãñã Pataxi Ûi Tanara	Pouso da Cajaíba	
	Calhaus (Escaléu)	
	Saco da Sardinha, Saco Claro e Juatinga	
	Martim de Sá, Saco das Anchovas, Cairuçu das Pedras e Sumaca	
	São Gonçalo, Ilha do Cedro e Ilha do Pelado	

Comunidades Indígenas em Paraty



Figura 3: Criança da aldeia Itaxi Mirim.

Fonte: Foto por Miguel Angelo Jr., publicada pelo Publishnews.

1. Aldeia Araponga (Guyraitapu)

- a) **Localização:** A comunidade é localizada no bairro Patrimônio, no município de Paraty, há cerca de 7,5km da rodovia BR-101, na altura do km 202, sendo praticamente isolada dos centros urbanos por se encontrar em uma unidade de conservação de proteção integral, possuindo uma área regularizada de 213,2033 hectares.
- b) **Autodenominação:** Guarani Mbyá
- c) **Famílias:** Segundo o levantamento realizado pelo **Projeto Povos** (2021), a aldeia de Araponga possui cerca de 13 famílias, compostas por um total aproximado de 55 indígenas que vivem na região.
- d) **Origem:** A formação desta aldeia, também se deu por questões religiosas, assim como a grande maioria das comunidades Guaranis, cujos descendentes recusaram a se submeter aos portugueses após a expulsão dos jesuítas, no período colonial, iniciando um grande movimento migratório a partir de uma caminhada rumo à leste, em busca de uma terra sem mal. (Gastão, 1995) A ocupação do território, só se iniciou efetivamente, com a chegada do primeiro grupo familiar, acompanhado de sua liderança religiosa, sendo que cada área só poderia ter uma liderança, fazendo com que aqueles que possuíam o título, formassem novas aldeias. No caso de Araponga, é possível dizer que a comunidade surgiu em 1973 após uma divisão de lideranças entre Alcides Verá e Argemiro na aldeia Sapukai, que resultou em Verá reunindo seu grupo familiar e partindo para Patrimônio, onde ocuparam o sítio da propriedade de um senhor chamado Serafim, que doou a eles suas terras, iniciando com apenas 7 pessoas, o que hoje é a Aldeia Araponga. (Gastão, 1995).
- e) **Como vivem:** Os aldeamentos da comunidade são organizados através de uma família principal, que funciona como uma célula mãe e suas famílias agregadas. O líder da primeira, se torna a liderança da aldeia, mantendo sua posição enquanto possuir as qualidades necessárias para atender a comunidade. Quando essa começa a diminuir, um novo líder pode surgir, formando novos aldeamentos. (Gastão, 1995) A chefia de Araponga é bem rigorosa, o próprio cacique da comunidade afirma em uma entrevista feita para o jornal O Globo (2014), como a aldeia é comandada com rigidez. Segundo Augustinho, lá é proibido ingerir bebida alcoólica, fumar cigarro, jogar cartas e para as indígenas, até mesmo se apaixonar por “homens brancos”.
- f) **O que produzem:** Segundo o mapeamento realizado pelo **Projeto Povos** (2021), a comunidade exerce a agricultura e o manejo extrativista, produzindo mais de 20 alimentos diferentes, sendo os principais abóbora, feijão, açaí, amendoim, banana, batata, mandioca e milho, praticando também a pesca, embora com menos frequência e sendo feita em comunidades vizinhas por conta da proibição imposta devido à localização da aldeia em uma unidade de conservação. Por esse motivo, limites seguem sendo impostos, tornando o artesanato, o Turismo de Base Comunitária e as práticas festivas seus principais meios de subsistência.

- g) Associações e Parceiros:** Participam de uma iniciativa da Fiocruz e da OTSS com a Embrapa Agrobiologia e os membros da Vice Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), que integra o Projeto Ará, com o objetivo de mobilizar comunidades em busca do fortalecimento da agroecologia, do turismo de base comunitária (TBC) e da economia solidária.
- h) Projetos de mitigação:** A aldeia está incluída nos trabalhos do **Projeto Povos**.

2. Aldeia Paraty-Mirim (Itaxi Mirim)

- a) **Localização:** A comunidade está localizada às margens da estrada de Paraty-Mirim, a cerca de 15km do centro da cidade, possuindo uma área regularizada de 79,1997 hectares.
- b) **Autodenominação:** Guarani Mbyá
- c) **Famílias:** Segundo informações do mapeamento realizado pelo **Projeto Povos** (2021), a comunidade possui em torno de 260 indígenas, que constituem 49 famílias.
- d) **Origem:** A comunidade foi formada através das migrações em direção ao litoral em busca da terra prometida, um lugar onde o mal não existe, que consistiria no local indicado por *Nhanderu* (ser criador na religião guarani) através de seus sonhos, onde seria possível “realizar o modo de ser Guarani”. O morador mais velho da aldeia, Karai Tatati conta em uma entrevista com Gustavo Cerqueira (2015) mais detalhes a respeito do processo de formação da aldeia. Segundo ele, foi aos 23 anos de idade que decidiu sair de sua cidade natal, Foz do Iguaçu para seguir o sonho de um dia chegar ao paraíso prometido aos guaranis. Primeiro, sua jornada o levou para o Espírito Santo, onde viveu por anos, até receber notícias do seu avô, que vivia com a família em uma região próxima a Serra do Mar que até então era Selvagem e assim, se iniciava a aldeia Itaxi.
- e) **Como vivem:** A comunidade possui, estruturas como posto de saúde, escola estadual, que ensina a língua portuguesa e atende em guarani até o primeiro ciclo do ensino fundamental, a casa de reza, onde acontecem os batizados e cerimônias religiosas, o centro de artesanato e as casas onde se estabelecem as famílias. Para estabelecerem as casas, eram misturadas múltiplas técnicas de construção, como pau-a-pique e bambu, porém, por conta da área demarcada ser coberta de pedras e morros, passaram a comprar materiais na cidade, aderindo construções em madeira e alvenaria. Algo interessante em seu modo de viver é o fato de só receberem seu nome depois de um tempo de vida, sendo revelado pelo Pajé a partir das características de cada pessoa, durante a cerimônia de batismo.
- f) **O que produzem:** Em seu território, os integrantes da comunidade cultivam suas roças com milho, mandioca, feijão, banana, coco, mandioca e diversos outros alimentos, praticando também a pesca e o artesanato, que é sua principal fonte de renda.
- g) **Associações e Parceiros:** Possui uma integração com a Mar de Leitores, que inaugurou uma biblioteca comunitária na aldeia em outubro de 2019, fazendo parte da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, em parceria com o Instituto Colibri e com o apoio do Itaú Social. 2.
- h) **Projetos de mitigação:** Faz parte do **Projeto Povos**.

3. Aldeia Rio Pequeno (Tekoha Jevy)

- a) **Localização:** Se encontra no município de Paraty, na sub-bacia do Rio Pequeno, estando sobreposta ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, ocupando uma área de 2.370 hectares que ainda não foram demarcados ou reconhecidos.
- b) **Autodenominação:** Guarani Ñhandeva
- c) **Famílias:** A comunidade possui uma população de apenas 32 Guarani Ñhandeva, que constituem 14 famílias.
- d) **Origem:** A aldeia Rio Pequeno também foi formada pelo movimento migratório indígena em busca da terra sem mal. Neste caso, seus descendentes Ñhandeva vieram de Mato Grosso do Sul e os Mbyá do litoral sudeste, havendo a consolidação da articulação e aliança entre os grupos no meio do caminho, até encontrarem a mata da Bacia do Rio Pequeno, lugar onde seria estabelecida a comunidade. No entanto, por conta da quantidade de conflitos da região, que passou a ser alvo de invasões constantes e ataques violentos, as famílias que viviam lá foram expulsas. Os Mbyá continuaram afastados, mas depois de um tempo, os Ñhandevá acabaram voltando, devido a um outro conflito fundiário no Mato Grosso do Sul.
- e) **Como vivem:** A comunidade vive em constante harmonia com a natureza, utilizando a riqueza da Mata Atlântica que os cerca como abrigo, trabalhando pelo sustento de suas famílias e lutando pelo reconhecimento e pela preservação de suas tradições. Por serem uma comunidade pequena, possuem pouco apoio governamental e uma infraestrutura extremamente precária. Já sua organização, como espaço habitado, consiste em “áreas de caça, pesca, de coleta, de moradia, de roças, de trilhas, locais de perambulação e locais sagrados ou ‘intocados’, tendo como eixo cada unidade habitacional”. (FUNAI, 2017) comportadas de forma consorciada. Os núcleos familiares tem uma certa autonomia em relação à produção, auxiliando tanto no trabalho de sua roça familiar nas proximidades de suas casas, quanto nas roças comunitárias.(FUNAI, 2017)
- f) **O que produzem:** A agricultura é a atividade considerada a principal na comunidade, sendo responsável pelo fornecimento de alimentos e pela definição do calendário anual (FUNAI, 2017). Em seu território, produzem múltiplas árvores frutíferas, que ajudam na recuperação do solo, alimentos presentes em sua dieta como o milho, praticando também a pesca e a caça. Financeiramente, no entanto, vivem quase exclusivamente do artesanato que produzem e do turismo, apresentando sua cultura aos visitantes e vendendo seus produtos, chegando a possuir um site, onde vendem suas obras online, para arrecadar dinheiro para o sustento da aldeia.
- g) **Associações e Parceiros:** Possuem o apoio da Organização Não Governamental Tribo do Bem e patrocínio da DM4Brasil, que os auxiliam no desenvolvimento e na administração de sua loja virtual.
- h) **Projetos de mitigação:** sem informação encontrada.

4. Aldeia Arandu Mirim (Saco de Mamanguá)

- a) **Localização:** A aldeia se encontra na região do Saco de Mamanguá, no município de Paraty, ao sul do estado do Rio de Janeiro, em um território próximo a aldeia de Paraty-mirim, acessível somente por água, ocupando uma área que ainda não foi homologada e por isso é pouco conhecida.
- b) **Autodenominação:** Guarani Mbyá
- c) **Famílias:** Pode-se dizer que esta é a menor aldeia da região em termos populacionais, possuindo cerca de 15 habitantes apenas. (Daher, 2014, p. 4)
- d) **Origem:** A aldeia de Arandu Mirim também se constituiu como resultado da peregrinação em busca da terra sem mal. Esta deriva do grupo familiar de Miguel Benites, cacique de Itaxi, que é pai de Roque, o cacique de Arandu Mirim, que ocupa, com outros membros de sua família, uma propriedade particular, com a permissão oral do dono.
- e) **Como vivem:** Apesar de serem uma comunidade separada, a aldeia é pequena e por isso precária em recursos, dependendo quase que constantemente da sua vizinha Paraty-Mirim. Um exemplo que mostra essa dinâmica é a falta de uma unidade de saúde ou mesmo um agente indígena de saúde (AIS) em Arandu Mirim, fazendo com que seus moradores, caso possuam uma emergência ou precisem do mais básico atendimento médico, é necessário “levar a pessoa de canoa até a margem do Saco do Mamanguá e dali fazer uma trilha até Paraty-Mirim, onde há posto de saúde.” (Daher, 2014, p. 15)
- f) **O que produzem:** A comunidade pratica a agricultura e a pesca, produzindo diversos tipos de alimentos, dando prioridade aos que são básicos da sua dieta.
- g) **Associações e Parceiros:** Sem informações encontradas.
- h) **Projetos de mitigação:** Faz parte do **Projeto Povos** e do **Projeto Redes**.

5. Aldeia Iriri Kãñã Pataxi Ûi Tanara

- a) **Localização:** Se localiza no distrito de Tarituba, no município de Paraty, às margens da rodovia BR-101, no km 548, na região da Costa Verde do Estado.
- b) **Autodenominação:** Pataxó, da etnia Hã Hã Hãe
- c) **Famílias:** Segundo o site da associação da aldeia (2022), 62 membros e 15 famílias constituem a comunidade.
- d) **Origem:** A comunidade como um todo, se origina do sul do Estado da Bahia, se deslocando até a região sudeste do país entre 2004 e 2005, permanecendo inicialmente no Parque Mambucaba, no município de Angra dos Reis, ocupando mais tarde, em 2016, a área onde estão estabelecidos atualmente. Segundo o seu cacique, o local foi escolhido por conta da indicação de guias espirituais indígenas, devido ao fato de que uma comunidade importante dos Tupinambás existia nesta mesma região no passado.
- e) **Como vivem:** Sua vivência em comunidade consiste em cultivar alimentos, fazer artesanatos e cuidar da natureza que os cerca, protegendo-a e preservando também a sua cultura, passando para os seus descendentes sua língua nativa e suas práticas religiosas, mantendo suas tradições vivas.
- f) **O que produzem:** Produzem diversos tipos de alimentos em suas terras, aplicando também o turismo de base comunitária e o artesanato como fonte de renda.
- g) **Associações e Parceiros:** Segundo as próprias redes sociais da aldeia, é possível observar a realização de diversas atividades e eventos com a parceria de múltiplas instituições como por exemplo o Espaço e Vida Socioambiental, a SanaSom, os projetos Na Trilha Macacu e Casa Muka Mukau de Cachoeiras de Macacu e a Organização Não Governamental Tribo do Bem, além do apoio da Universidade Federal Fluminense, sua Pró-Reitoria de Extensão e seu Laboratório de Pesquisa sobre Corpos, Naturezas e Sentidos - CONATUS.
- h) **Projetos de mitigação:** A comunidade também integra o **Projeto Povos** do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS).

Quadro 8: Conclusão Preliminar a respeito das comunidades indígenas de Paraty

Município	Comunidades Indígenas	Projetos de Mitigação
Paraty	5	4

Quadro elaborado pelos autores.

Das 5 comunidades indígenas da região, 4 possuem projetos de mitigação.

Comunidades Caiçaras em Paraty



Figura 4: Foto de uma grupo de caiçaras de Paraty.

Foto por: DIAZ, João Cesar, 2021. Disponibilizada por: Repórter Brasil

1. Comunidade Caiçara da Trindade

- a) **Localização:** Sendo a maior comunidade caiçara de Paraty – cerca de 1500 habitantes, está localizada no extremo sul do estado. Inclui as praias Brava da Trindade, de Fora, do Cepilho, dos Ranchos, do Meio e do Caixa d’Aço. Faz fronteira com o estado de São Paulo através da Pedra da Cabeça do Índio e da piscina natural Caixa d’Aço.
- b) **Famílias:** Segundo informações do Instituto Socioambiental, 42 famílias receberam, em 1982, o reconhecimento judicial de seus direitos de continuarem a habitar na região. Porém, o número de habitantes da comunidade demonstra que a quantidade de famílias moradoras deve ser muito maior.
- c) **Origem:** Foi habitada inicialmente por Tupinambás, depois chegaram os europeus colonizadores e os africanos escravizados. A população moradora de Trindade é descendente destes. A preservação das áreas da região estão relacionadas à criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina em 1971 e da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu (APA), em 1983. A reserva também foi planejada como um escudo em caso de eventuais acidentes nas usinas nucleares Angra I e II.
- d) **Como vivem:** Estabelecidos na região há décadas, os caiçaras realizam diversas celebrações e festas anualmente, como a Corrida de Canoa e a Festa da Tainha. Além disso, monitoram as praias para o reconhecimento de grandes barcos pesqueiros invasores que podem entrar na região. Contudo, os povos da região recebem turistas e os guiam em visitas pelas belas paisagens locais. Além disso, a construção de um Parque local (2008) pela PNSB/ICMBio, influenciou os modos de vida da população, concedendo empregos, porém teoricamente proibindo a pesca nas áreas do Parque, que inclui a Baía do Caixa D’Aço, principal ponto de pesca da região. As tensões entre os caiçaras e a companhia multinacional Adela começaram por volta da década de 1970, quando os últimos chegaram na região. Muitos moradores fugiram de Trindade com medo das ameaças externas. A companhia se fundiu com a Brascan posteriormente, e foi fundada a Trindade Desenvolvimento Territorial (TDT), que ainda está em atividade. A vida local também foi fortemente afetada pela expansão da BR 101.
- e) **O que produzem:** Os povos vivem da pesca nas praias da região e da agricultura. Tipos específicos de redes são feitos para a captura de cada espécie de pescado. Apesar do número de roças ter diminuído, se comparado ao que existiam antes, elas ainda são uma atividade praticada e muito importante na comunidade. Já das matas são retiradas matérias-primas para o artesanato, que incluem a madeira para a criação de canoas e remos, e de ervas medicinais para cuidados com a saúde.
- f) **Associações e Parceiros:** Buscaram ajuda financeira do Banco Socioambiental CASA em 2014 para realização de cursos obrigatórios para a recepção e transporte de turistas durante o período da Copa do Mundo. Sem eles, os caiçaras não poderiam continuar seus trabalhos. Isso foi em decorrência

do fracassado programa do governo “Parques da Copa”. Até 2017, novos projetos foram planejados, financiados pelos programas Fortalecimento de Comunidades na Busca Pela Sustentabilidade, com o Fundo Socioambiental CASA e o Fundo Socioambiental CAIXA. Buscando defender seus interesses, os locais fundaram a Associação dos Moradores de Trindade (AMOT). Por fim, após o estabelecimento do Parque, foi criada a Associação de Barqueiros e Pescadores Artesanais de Trindade (ABAT).

g) Projetos de mitigação: Fazem parte do **Projeto Redes**.

2. Comunidade Caiçara da Praia do Sono

- a) **Localização:** A praia da comunidade tem cerca de 1200 metros de extensão. O território estende-se desde as Laranjeiras até a Praia dos Antigos, e do litoral ao Morro do Barroco e aos fundos do Saco do Mamangá.
- b) **Famílias:** De acordo com o ICMBio-MMA, cerca de 60 famílias continuam vivendo nessa localidade.
- c) **Origem:** Data-se a existência dessa comunidade desde os primeiros séculos da colonização portuguesa, sendo os residentes da região descendentes de europeus, indígenas e africanos. Circulam-se muitas histórias de naufrágios que ocorreram na região, e nesses casos muitas pessoas das tripulações continuavam vivendo nessas áreas e lá constituíam família. Por volta do século XIX, a região era economicamente bem sucedida, porém esse quadro começou a mudar e muitos partiram, ficando ali algumas famílias, entre o mar e a floresta.
- d) **Como vivem:** O turismo chegou na região após a construção da BR 101, na década de 1970. Tensões surgiram também, por conta da especulação fundiária, representada pela família Gibrail Tanus e o Condomínio Laranjeiras. Houve resistência, e contando com o apoio do advogado Macedo de Carmargo Penteado e do Estado, eles conseguiram vencer e hoje vivem em relativa paz. A comunidade registrou um crescimento no número de membros e de casas nas últimas décadas. Foram construídos quiosques e restaurantes para atender os turistas que passam pela região. Entre suas festas e celebrações, encontram-se a FestiJuá, a Folia de Reis e o Festival de Inverno. A comunidade possui uma escola que vai até o 9º ano do ensino fundamental.
- e) **O que produzem:** Vivem da agricultura e da pesca, e aquilo que não podem produzir, eles trocam nas cidades mais próximas e com outras comunidades. Mesmo com a chegada da energia elétrica, o povo mantém a prática ancestral de salgar o pescado para a sua preservação, demonstrada pelos varais de peixe seco, um importante elemento da cultura local.
- f) **Associações e Parceiros:** As associações locais incluem a AMOSono, a associação de moradores locais. Também existe a associação de barqueiros, responsável pelo transporte de turistas entre o condomínio Laranjeiras e a Rádio Caiçara.
- g) **Projetos de mitigação:** Faz parte do **Projeto Redes**.

3. Comunidade Caiçara da Ponta Negra

- a) **Localização:** Próxima à ponta leste da península da Juatinga. O acesso a comunidade por terra é extremamente complicado, sendo assim o transporte marítimo muito mais utilizado. A praia é pequena e a vila é de difícil visualização, se vista pelo exterior. O território estende-se da Praia dos Antigos ao Cairuçu das Pedras.
- b) **Famílias:** Segundo o ICMBio-MMA, 35 famílias vivem nessa comunidade.
- c) **Origem:** Como um local bem escondido, a praia e as áreas ao seu redor são ditas como um possível esconderijo de piratas. Segundo relatos de moradores locais, ela é habitada há mais de 150 anos.
- d) **Como vivem:** Aproveitam do turismo para conseguir dinheiro através de quiosques e restaurantes. A comunidade recebeu energia elétrica apenas em 2017, e com a descoberta da cachoeira do Saco Bravo, o aumento no número de visitantes nunca cessou. Assim como a Praia do Sono, o território de Ponta Negra também foi reivindicado pela família Tanus. O processo judicial movido pelo Estado contra essa família ainda está em andamento. Possuem uma escola municipal, duas igrejas e um posto de saúde. Entre suas celebrações locais, destaca-se o Festival Maré/Cheia de Cinema.
- e) **O que produzem:** Têm sua subsistência baseada na pesca artesanal, nas roças e na caça.
- f) **Associações e Parceiros:** Possuem uma Associação de Moradores Nativos e Amigos da Praia Negra. Os guias e condutores turísticos também são associados sob supervisão da REEJ/Inea.
- g) **Projetos de mitigação:** Faz parte do **Projeto Redes**.

4. Comunidade Caiçara do Paraty Mirim

- a) **Localização:** Sobreposto pela Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim e pela APA Cairuçu, dentro do território encontra-se a foz do Rio Carapitanga e ainda conta-se a presença da mata atlântica. Na costa, verifica-se a existência de diversas ilhas e praias. Existe ainda a presença de um manguezal na região. Essa grande área conta ainda com 8 Sítios Arqueológicos e Históricos, tombados pelo Iphan.
- b) **Famílias:** Dados do **Projeto Povos** (2021) relatam 30 núcleos familiares que vivem nesta localidade.
- c) **Origem:** Ainda no período colonial, o território era parte de uma grande fazenda produtora de açúcar, enquanto que a praia era um porto marítimo para embarque e desembarque de navios negreiros e mercadores. Posteriormente, essa área foi ocupada por indígenas, e então, por caiçaras.
- d) **Como vivem:** A alimentação tradicional se baseia nos produtos das roças locais e da pesca artesanal. A chegada de unidades de conservação, na década de 70, seguida pela Unidade de Policiamento Ambiental (UPAm), em 2012, afetou fortemente os modos de vida daquela população, prejudicando seus costumes de roças, caças e de manejo agroextrativista. A diminuição do pescado também é um dilema nessa comunidade, causado pela pesca industrial e pelo tráfego de embarcações do Pré-Sal. Para saúde, utilizam ervas medicinais como Chapéu-de-couro para pedras no rim, Estomalina para dores na barriga, Cidreira para tosse e pressão alta; Camomila, Erva Doce e Pitanga para febre; entre outras. A principal celebração local é a Festa de Nossa Senhora da Conceição, que acontece anualmente no dia 8 de dezembro.
- e) **O que produzem:** Atualmente, as áreas de roça se limitam a áreas mais afastadas do litoral. As plantações ainda possuem força, com diversas árvores frutíferas como mamão, jambo, jaca, abacate, acerola, manga e muitas outras. A demorada produção de farinha também é uma atividade ativa na região. Já o artesanato tradicional inclui a produção de móveis, canoas, remos, cestos, luminárias, etc.
- f) **Associações e Parceiros:** Na comunidade, foi fundada a Associação Caiçara Paraty Mirim (ACPM). A associação teve participação ativa em uma conquista muito recente da comunidade, que foi a construção de uma ponte de mão dupla sobre o Rio Carapitanga, que é o principal acesso a Paraty Mirim.
- g) **Projeto de mitigação:** Faz parte tanto do **Projeto Povos** quanto do **Projeto Redes**.

5. Comunidade Caiçara do Pouso da Cajaíba

- a) **Localização:** Localizada em Juatinga, é a maior comunidade de sua região da Península. O mapeamento feito pelo **Projeto Povos** revela que diversos territórios tradicionais caiçaras de referência estão dentro do Pouso da Cajaíba, como Pedra das Araras, Saco da Baleia, Toca do Carro, Pedra da Lagada, Ponta do Pouso, entre outros.
- b) **Famílias:** Segundo Julia Manso Paes de Carvalho (2010), essa comunidade era, na época, composta por 280 habitantes, divididos em cerca de 60 famílias. Contudo, em dados divulgados em 2021, o **Projeto Povos** revela que a população local gira em torno de 216 indivíduos, atualmente, segundo dados do posto de saúde local.
- c) **Origem:** A região foi habitada inicialmente por uma população não indígena, que vivia na Fazenda escravista Martim de Sá, ainda durante o período colonial. Os moradores relatam que o primeiro morador das matas mais próximas à praia foi um ex-escravo chamado Cândido Xavier, que em meados do século XIX teria comprado as terras do Pouso da Cajaíba e depois as repartido entre seus filhos (CARVALHO, 2010, p. 30)
- d) **Como vivem:** A comunidade conta com uma escola, uma igreja e um posto de saúde. Suas principais fontes de renda são a pesca e o turismo. A agricultura e o extrativismo são atividades de subsistência na comunidade. A pesca é ensinada para os mais jovens ainda na infância, tendo vários tipos diferentes como pesca de cerco, pesca de lula, pesca de linha e a pesca de rede mijuada e mergulho. A principal festa da região é feita no dia 20 de Janeiro, em homenagem ao padroeiro São Sebastião. Já os torneios de futebol que ocorrem no FestJuá engajam os jovens de Cajaíba, assim como os jovens de comunidades vizinhas.
- e) **O que produzem:** Entre algumas das atividades locais encontram-se a extração de sapê, fibras e madeiras. O camarão pescado é o principal produto comercializado pelos moradores.
- f) **Associações e Parceiros:** Fazem parte do Fórum de Comunidades Tradicionais. O FCT foi e continua sendo incisivo na luta pela melhoria na educação local, que permita a manutenção da cultura e dos modos de vida da comunidade.
- g) **Projetos de mitigação:** Faz parte tanto do **Projeto Povos** quanto do **Projeto Redes**.

6. Comunidade Caiçara do Calhaus (também chamada de Escaléu)

- a) **Localização:** Assim como Cajaíba, está localizada na Península da Juatinga. Tem em suas proximidades vários outros locais habitados por comunidades caiçaras, como a Praia Grande da Cajaíba, a Praia da Deserta, Praia da Itaóca, Galhetas e Ipanema. Todas essas localidades fazem parte da Enseada de Cajaíba. A Praia de Calhaus possui uma extensão de pouco mais de 100 metros. Está localizada entre a Praia de Ipanema e a Pequena Galheta.
- b) **Famílias:** Sendo a 2º comunidade mais populosa da Península, possui cerca de 216 habitantes divididos em 62 famílias, contando com o acréscimo dos moradores da Praia de Ipanema, segundo dados do **Projeto Povos** (2021).
- c) **Origem:** Conta-se que famílias de Calhaus habitam a praia há cerca de 6 ou 7 gerações.
- d) **Como vivem:** Vivem seu cotidiano com uma pesca artesanal tranquila. Nos meses de verão, o volume de turismo é grande, e muitas pessoas ficam hospedadas em casas alugadas da região. Devido ao pescado cada vez mais escasso, o turismo se tornou a principal fonte de renda anual da comunidade. Para o transporte de pessoas entre as comunidades da Península e de outras regiões, os caiçaras investem em botes de fibra e motores de popa, mais rápidos que os botes comuns. Os membros da comunidade identificam a pesca industrial com sonar, a presença de navios e a iluminação deles como as principais ameaças a seus modos de vida caiçaras. Existe ainda um grande medo relacionado a possíveis vazamentos de petróleo.
- e) **O que produzem:** As principais atividades produtivas são a pesca artesanal, a agricultura, o extrativismo e o turismo. Trabalham principalmente com a pesca de cerco, sendo Calhaus a comunidade da Península com maior número de cercos ativos. Não existem roças em Calhaus, mas algumas famílias mantêm pequenas plantações em seus quintais, para sua subsistência.
- f) **Associações e Parceiros:** Não foram encontradas informações sobre qualquer associação na comunidade de Calhaus.
- g) **Projetos de mitigação:** Faz parte do **Projeto Povos**.

7. Comunidades Caiçaras do Saco da Sardinha, Saco Claro e Juatinga

- a) **Localização:** Saco de Sardinha está situada ao longo de um costão que termina na Ponta de Juatinga, marco que separa a Baía de Cajaíba das outras comunidades que estão na enseada de Martim de Sá. Os barcos desembarcam e embarcam pessoas nas estivas construídas na costeira, as comunidades dessa região são acessadas através das pedras. Tem em sua vizinhança próxima às comunidades de Juatinga e Saco Claro, e devido a isso e também ao fato destas comunidades terem modos de vida com diversas práticas comuns ou interligadas, as três serão tratadas juntas.
- b) **Família:** Juatinga é a terceira comunidade mais populosa da Península de Jacutinga, com cerca de 122 moradores, segundo o **Projeto Povos** (2021). Não foram encontradas informações sobre as demais.
- c) **Origem:** Habitadas a várias gerações, essas comunidades são ligadas também pelos laços de parentesco entre elas e com comunidades de outras regiões.
- d) **Como vivem:** Nessas três comunidades, o turismo é raro e por isso não ocupa lugar significativo no cotidiano desses grupos e nem serve como uma fonte de renda. Essas comunidades vivem da pesca artesanal, na qual muito investem. Realizam a pesca de camarão, a pesca com rede para uma grande variedade de peixes e a pesca com espinhel, feita a uma distância maior da costa. Contudo, a pesca tem sido prejudicada pela rota de navios que atravessam o local. A mata conhecida como Francês é utilizada pelas três comunidades como ponto de extrativismo. As crianças de Saco Claro e de Saco da Farinha estudam na Escola de Fundamental de Juatinga, já os mais velhos vão estudar na escola em Pouso da Cajaíba, através de um transporte marítimo disponibilizado. Por fim, em 2020 foram instalados módulos de energia solar em Juatinga que abastecem cerca de 30 casas.
- e) **O que produzem:** As três comunidades vivem da pesca. Em Saco de Sardinha e em Saco Claro, a agricultura e a produção de farinha servem como atividades complementares para a subsistência. Em Saco de Sardinha principalmente, encontra-se uma considerável diversidade agrícola, com vários tipos de mandioca, 8 diferentes tipos de cana e cerca de 30 variedades de frutas.
- f) **Associações e Parceiros:** Não foram encontrados dados referentes a associações e parcerias dessas comunidades.
- g) **Projetos de mitigação:** As comunidades fazem parte tanto do **Projeto Povos** quanto do **Projeto Redes**.

8. Comunidades Caiçaras do Martim de Sá, Saco das Anchovas, Cairuçu das Pedras e Sumaca

- a) **Localização:** Essas comunidades estão localizadas no outro lado da Ponta da Juatinga, sendo o acesso difícil – sem refúgio para embarcações, e estando mais expostas às correntes do mar aberto. Seus territórios abrangem uma área que vai da Ponta de Juatinga até o Saco Bravo.
- b) **Famílias:** O **Projeto Povos** (2021) ressalta que essas comunidades são menos populosas por serem mais isoladas. Em Martim de Sá encontram-se 15 pessoas, em Cairuçu das Pedras existem 17 indivíduos, no Saco de Anchovas encontram-se 15 pessoas. Já Sumaca é habitada por um único homem.
- c) **Origem:** As comunidades de Martim de Sá, Saco das Anchovas e Cairuçu das Provas existem há muitas gerações e elas compartilham muitos laços de parentesco entre seus núcleos familiares. A família mais antiga a viver na região é a Família Remedios, cuja árvore genealógica é rastreada até mais de 170 anos atrás. Sumaca tem uma história recente um pouco diferente. Na década de 90, o território foi disputado por um dito dono dele, vindo do Rio de Janeiro, e um veranista de São Paulo que teria adquirido a terra de maneira ilegal. Esse último foi expulso. “Sumaca” era o nome de um navio que naufragou ali por perto, cujos destroços ainda podem ser encontrados.
- d) **Como vivem:** Muitas famílias abandonaram a região devido aos conflitos com indivíduos externos que requisitaram aquelas terras, que utilizaram de violência física e psicológica contra os moradores. A família Gibrail Nubile Tannus também causou problemas nessa região, por volta do final do século passado. Hoje Sumaca é habitada por um indivíduo caiçara que veio do Pouso da Cajaíba, e agora vigia esse território. Já o Saco das Anchovas é a única dessas comunidades que não possui uma praia. Essas comunidades determinam as atividades que podem ser realizadas de acordo com as condições do mar, pois em muitos dias as correntes ficam tão agitadas que qualquer tipo de locomoção por barco se torna perigosa. Nessas comunidades não existem serviços de saúde e educação. Sistemas de energia solar foram implantados em Cairuçu e Martim de Sá.
- e) **O que produzem:** Entre as atividades realizadas estão a pesca artesanal, a agricultura e o extrativismo. As duas primeiras são essenciais em Martim de Sá, Saco das Anchovas e Cairuçu das Pedras. O turismo também é uma fonte de renda, ocasionalmente. A pesca é uma atividade de subsistência em Sumaca. No local também existe uma área de camping e um bar para atender turistas. A roça é cultivada em todas as comunidades, tendo grande variedade agrícola, como inhame, feijão preto, milho, diferentes tipos de mandioca e aipim, abacaxi, entre outros.
- f) **Associações e Parceiros:** O FCT apoia essas comunidades e seus interesses, buscando ajudar na melhoria da qualidade de vida e na manutenção de

seus modos de vida caiçaras. Seu apoio vem por meio de assessoria jurídica e da mobilização da opinião pública em favor dessas comunidades.

- g) Projetos de mitigação:** Martim de Sá, Cairuçu das Pedras e Anchovas fazem parte tanto do **Projeto Povos** quanto do **Projeto Redes**.

9. Comunidades Caiçaras São Gonçalo, Ilha do Cedro e Ilha do Pelado

Essas, foram reunidas no mesmo tópico, pois as famílias que integram essas áreas estão conectadas, compartilhando os mesmos descendentes e portanto, a mesma história.

- a) **Localização:** O território da comunidade de São Gonçalo se encontra a uma distância de 33 km do centro da cidade de Paraty, sendo cortado pela BR-101 e se situando entre o Iriri e Tarituba. A cerca de 1 km de distância da praia de São Gonçalo, bem a sua frente, se localiza a ilha do Pelado e à cerca de 4 km da barra de São Gonçalo, se situa a ilha do Cedro, que pode ser acessada pela Praia do Cão Morto ou pela praia do Iriri.
- b) **Famílias:** Segundo o levantamento realizado pelo **Projeto Povos** (2021) a comunidade de São Gonçalo possui aproximadamente 500 pessoas. A ilha do Cedro é composta por 25 pessoas divididas em 6 famílias e a ilha do Pelado possui uma única família que é nativa de São Gonçalo.
- c) **Origem:** Tanto São Gonçalo quanto as ilhas do Cedro e do Pelado são ocupadas pelas famílias caiçaras desde o século XIX. De acordo com o mapeamento desenvolvido pelo **Projeto Povos** (2021) na comunidade, as genealogias mostram que, com o passar do tempo, as famílias foram se interligando através do casamento, o que pode ser observado em uma das famílias mais antigas de São Gonçalo, a família Martins. Esta, descende da união entre Rosa Gomes Martins e Manoel Ribeiro Martins. Rosa nasceu em São Gonçalo, mas sua mãe era da Ilha do Cedro. Os filhos, netos, bisnetos provenientes desse casamento, se espalharam pelo território e permanecem até hoje, integrando a população caiçara de São Gonçalo, da Ilha do Cedro e da ilha do Pelado.
- d) **Como vivem:** Antes da abertura da rodovia BR-101, que cruza seu território, o mais importante para os membros da comunidade, era trabalhar na roça e na pesca, para garantir o seu sustento, gerando renda com a venda dos excedentes produzidos, enquanto mantém sua cultura e preservam o meio ambiente que os cercam. Mas depois da construção da rodovia, tudo mudou e o impacto gerado na vida dos moradores foi enorme. Devido à obra realizada, casas e territórios ancestrais inteiros foram destruídos, trazendo também, violência extrema e um grande conflito fundiário que duraria décadas. A partir desse ponto, os caiçaras passaram a focar apenas em sua sobrevivência, tentando resistir e mantendo sua cultura viva através da reconstrução do ambiente comunitário no sertão, onde se encontra a maior parte de sua população até os dias atuais, valorizando seu território, sua cultura e sua história, enquanto buscam por novas fontes de renda e meios de enfrentar os desafios que surgem pelo caminho.
- e) **O que produzem:** Mesmo com as mudanças citadas acima e as dificuldades

que as comunidades precisam enfrentar, seus integrantes ainda possuem a pesca, a roça, o extrativismo e a produção de banana, farinha e peixe como suas atividades produtivas principais, incorporando também as atividades turísticas como sua principal fonte geradora de renda. Entre as atividades, no entanto, a pesca é a mais utilizada e sua população a exerce em diversas formas, pescando vários tipos de peixes como marimba, tainha, corvina, bagre, cavala, robalo e muitos outros.

- f) Associações e Parceiros:** As comunidades se organizam em conjunto com o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) desde 2008 para a prática do Turismo de Base Comunitária, sendo pioneiras da modalidade em Paraty. Quando se trata de sua organização comunitária, São Gonçalo possui a Associação de Moradores de São Gonçalo desde 1990, conectada com o FCT e participando ativamente de movimentos sociais e pautas relacionadas aos povos tradicionais. A comunidade de São Gonçalo participa também da Coletiva Mulheres da Terra pelo reconhecimento das mulheres e sua importância na formação do território. A comunidade da ilha do Cedro também possui sua própria associação de moradores, a AMICEDRO, criada em 2014 e utilizada para resolver problemas, questões políticas e tudo o que for de interesse da comunidade.
- g) Projetos de mitigação:** Todas as 3 comunidades participam do **Projeto Povos**; e São Gonçalo e a Ilha do Cedro participam também do **Projeto Redes**.

Quadro 9: Conclusão Preliminar a respeito das comunidades caiçaras de Paraty

Município	Comunidades Caiçaras	Projetos de Mitigação
Paraty	16	16

Quadro elaborado pelos autores.

Existem 16 comunidades na região, sendo que 13 delas possuem projetos de mitigação.

Comunidades Quilombolas em Paraty



Figura 5: Foto de um restaurante do quilombo do Campinho.

Fonte: foto divulgada pelo G1 para divulgação.

1. Quilombo do Cabral

nome do córrego que atravessa o território

- a) **Localização:** Se encontra próximo ao centro histórico da cidade, estando rodeada de outras comunidades tradicionais como o quilombo do campinho da independência, assim como comunidades caiçaras e aldeias indígenas Guarani. O Quilombo do Cabral também se situa na Área de Proteção Ambiental Cairucu, na baía da Ilha Grande, onde é possível encontrar a maior concentração da Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro.
- b) **Famílias:** Segundo o IBGE (2022), a comunidade possui 176 pessoas, sendo 90 quilombolas. Há 5 famílias que compõem o quilombo: os Angélica (também conhecidos como Cabral), os Alves, os Rosa, os Lucas e os herdeiros de Benedito Evêncio. Todos descendentes diretos ou indiretos de Francisca Alvarenga. Dos cinco grupos de herdeiros que vivem na região, os Alves, Lucas e Angélicas somavam, no ano de 2007, cerca de 50 famílias (Carvalho, 2016).
- c) **Origem:** Sua origem está ligada a uma história de casamento, adoção e herança entre escravizados e senhores. Durante o século XIX, Francisca Alvarenga casou-se com um homem chamado Francisco Alves. Juntos, o casal tinha posse de diversas fazendas na região. Segundo o observatório quilombola, a memória da comunidade constata que quando Francisca ficou viúva, a fazenda entrou em decadência, e ela decidiu então doar as terras aos seus filhos e aos escravizados que ali viviam. Estes se estabeleceram no território, passando a ocupá-lo desde o século XIX, constituindo também, suas famílias. O quilombo está situado na antiga “Fazenda da Caçada”. Com o intuito de garantir as terras herdadas, a comunidade se autodeclarou remanescente de quilombo e foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em dezembro de 2008, iniciando o processo de titulação de território no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).
- d) **Como vivem:** As terras de herança que se encontram no bairro do Cabral, não foram divididas e por isso não possuem uma separação fixa entre as parcelas de cada um, os familiares as utilizam mantendo-as em uso comum.
- e) **O que produzem:** A prática tradicional tanto em Cabral quanto nas comunidades vizinhas é a fabricação de farinha de mandioca. Instrumentos como fornos de barro, panelas, prensas e diversos outros utilizados na fabricação da farinha são feitos pelos próprios quilombolas. Hoje há também “plantação de cana para a produção de cachaça, milho, banana, citros, mandioca e legumes, próximo às casas ou em meio à capoeira e pastos” (Carvalho, 2016). Outra atividade tradicional adotada foi a agri-

cultura de coivara, um modo de plantio bem comum na região, onde a mata nativa é derrubada e a vegetação queimada logo em seguida.

f) Associações e Parceiros: Não foram encontradas informações.

g) Projetos de mitigação: Esta comunidade está incluída no **Projeto Povos**.

2. Campinho da Independência

- a) **Localização:** Com uma área total de 287 hectares, a comunidade fica localizada na zona litorânea ao Sul do Estado do Rio de Janeiro, há cerca de 15 quilômetros de distância da cidade histórica de Paraty.
- b) **Famílias:** Segundo o IBGE (2022), cerca de 550 pessoas quilombolas vivem na comunidade, tendo sua área ocupada por pouco mais de 80 famílias negras.
- c) **Origem:** Segundo relatos dos próprios moradores, o Campinho da Independência foi fundado por 3 irmãs: Antonica, Marcelina e Luiza. Durante o século XIX, as irmãs acabaram vivendo dentro da casa grande da antiga Fazenda Independência, por terem sido escravizadas. Quando a escravidão chegou ao fim, as irmãs receberam as terras e continuaram vivendo onde hoje se encontra o quilombo. A grande maioria dos moradores da comunidade são descendentes de uma dessas mulheres. A comunidade teve a propriedade de suas terras reconhecida no dia 21 de março de 1999, sendo a primeira titulação de terras do estado feita com base no artigo 68 da Constituição Federal (ADCT).
- d) **Como vivem:** As famílias que moram na região se dividem em múltiplos sítios familiares usados como área de moradia e também de trabalho.
- e) **O que produzem:** Até a década de 70, não havia tanta disputa pelas terras e por isso os habitantes cultivavam principalmente a mandioca, fabricando farinha e produzindo artesanato como meio de sobrevivência. Hoje, porém, com a valorização das terras, os moradores tiveram que reagir e se organizar, não só na questão judicial e da busca pelos direitos, mas também seu modo de viver. A comunidade, atualmente, trabalha de forma coletiva para garantir o desenvolvimento local, dedicando-se a plantações de milho, feijão e palmito na horta, de modo em que promove a educação infantil, incentivando também o artesanato e a música. Na comunidade pode-se encontrar uma casa de artesanato, um viveiro de plantas e até um restaurante, que resgatam a cultura afro e a transmitem para os descendentes e para os turistas que visitam a região.
- f) **Associações e Parceiros:** Através das práticas citadas acima, a região realiza o turismo sustentável concretizado com a parceria entre a Petrobrás, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), a Fundação Universitária de Brasília (FUBRA) e articulação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- g) **Projetos de mitigação:** Não foram encontradas informações.

3. Guiti

- a) **Localização:** Região do Cabral, nos arredores rurais de Paraty, próximo à Baía da Ilha Grande. Foi certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2018.
- b) **Famílias:** Não foi possível encontrar informações.
- c) **Origem:** Não foi possível encontrar informações.
- d) **Como vivem:** Não foi possível encontrar informações.
- e) **O que produzem:** Não foi possível encontrar informações.
- f) **Associações e Parceiros:** Não foi possível encontrar informações.
- g) **Projetos de mitigação:** Não foi possível encontrar informações.

Quadro 10: Conclusão preliminar a respeito das comunidades quilombolas de Paraty

Município	Comunidades Quilombolas	Projetos de Mitigação
Paraty	3	1

Quadro elaborado pelos autores.

Das 3 comunidades quilombolas na região de Paraty, apenas uma possui projetos de mitigação.

Quadro 11: Conclusão geral de comunidades do município

Município	Comunidades Indígenas	Comunidades Caiçaras	Comunidades Quilombolas	Projetos de Mitigação
Paraty	5	16	3	21

Quadro elaborado pelos autores.

No município de Paraty, foram encontradas 5 comunidades indígenas, 16 caiçaras e 3 quilombolas, sendo que de acordo com as informações obtidas, 21 destas possuem algum projeto de mitigação.

Quadro 12: Povos e Comunidades Tradicionais de Ubatuba

Ubatuba		
Comunidades Indígenas	Comunidades Caiçaras	Comunidades Quilombolas
Boa Vista do Sertão Pro-mirim	Puruba - Praia e Sertão	Caçandoca
Aldeia Rio Bonito (Yakã Porã)	Prumirim	Caçandoquinha, Raposa, Saco de Bananas e Frade
Aldeia Akaray Mirim (Tekoa Akarai)	Félix	Camburi
Aldeia Renascer (Ywyty Guaçu)	Praia Vermelha do Norte	Sertão de Itamambuca
	Barra Seca	Fazenda Picinguaba (Quilombo da Fazenda)
	Picinguaba	
	Vila Palmira	
	Almada	
	Sertão do Ubatumirim	
	Praia do Ubatumirim, Estaleiro e Justa	
	Vila Gaivota, Rolim, Barbosa e Índia	
	Cambucá	
	Cabeçuda e Areia	

Comunidades Indígenas em Ubatuba



Figura 6: Ritual Indígena realizado na aldeia Boa Vista

Foto por: MARQUES, Wendell. 2013. Disponibilizada por: G1.

1. Boa Vista do Sertão do Promirim (Aldeia Boa Vista)

- a) **Localização:** A aldeia se encontra no lado norte do município de Ubatuba, no bairro de Prumirim, no km 29,5 da rodovia BR-101, onde ocupam um território de 900 hectares.
- b) **Autodenominação:** Guarani Mbyá
- c) **Famílias:** Cerca de 62 famílias e 290 moradores indígenas compõem a região.
- d) **Origem:** O estabelecimento da aldeia Boa Vista na região onde se encontra hoje, também está relacionada a busca da paradisíaca terra sem males, motivação de presença quase unânime na história das comunidades guaranis. No final da década de 1950, o grupo decidiu se fixar na área onde se encontra a aldeia de Rio Silveira, em São Sebastião, mas seguindo o sistema de revezamento característico dos Mbyá, deram continuidade ao seu fluxo migratório, quando algumas famílias saíram da localidade sob a liderança da xamã Catarina, em busca de lugares para se consolidar. Durante essa busca, o grupo de Catarina, com seu esposo, filha e seus respectivos familiares, encontrou uma área de Mata Atlântica no sertão do rio Promirim, que consideraram ideal para exercer o seu modo de ser e ali, se estabeleceram, formando o que hoje é a Aldeia Boa Vista. (FUNAI, 2013)
- e) **Como vivem:** O aldeamento é formado por uma ampla família que, através da “liderança política e espiritual dos mais velhos, tamoi (avô) e/ou jari (avó), representam unidades de produção e consumo articuladas por famílias elementares” (FUNAI, 2013). Essas, mantêm relações de parentesco, possuindo afinidade e se estabelecendo ao redor da casa de reza. Seu território inclui “áreas para roças e plantios, espaço para habitações, para atividades religiosas e a mata, fonte primária de recursos naturais”. (FUNAI, 2017)
- f) **O que produzem:** A agricultura é uma atividade central na sociedade Mbyá, através dela, produzem o essencial para sua dieta alimentar, frutas e sementes para a produção de seus artesanatos e diversas plantas que podem ser utilizadas de forma medicinal. A pesca e a caça, também são praticados de forma constante. O rendimento para o sustento da comunidade, porém, vem da produção de palmito e da venda de artesanatos.
- g) **Associações e Parceiros:** A comunidade, possui uma parceria com a FUNAI e com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), ligada à Secretaria Estadual de Habitação Paulista, que em um convênio com a Prefeitura de Ubatuba, construíram 50 casas na aldeia Boa Vista, através do Programa Moradia Indígena, substituindo as antigas casas em pau-a-pique, com vigas de madeira ou chão de terra batida e até sem banheiro, por casas feitas com blocos de tijolo em barro, telhados cobertos com telhas e banheiros com vaso sanitário, pia e água encanada. (Macedo, 2010, p. 74-75). Além disso, o Governo Federal também participou das mudanças, implantando energia elétrica na comunidade através do projeto Casa de Cultura, em parceria com a Comissão Pró-índio. (Macedo, 2010, p. 76)
- h) **Projetos de mitigação:** Faz parte do **Projeto Povos**.

2. Aldeia Rio Bonito (Yakã Porã)

- a) **Localização:** Essa comunidade, é considerada uma extensão da aldeia Boa Vista e por isso seus habitantes vivem na mesma área, no sertão do Itamambuca, com acesso pela estrada de Casanga.
- b) **Autodenominação:** Guarani Mbyá
- c) **Famílias:** Segundo o último censo do IBGE (2022), a comunidade possui 12 famílias e 47 pessoas.
- d) **Origem:** A aldeia pode ser considerada recente, sendo formada apenas em 2012, através da separação de membros da comunidade Boa Vista, que decidiram se afastar por conta das invasões e do grande número de caçadores e madeireiros que tentavam entrar no território. Assim, foi formada uma nova comunidade, posicionada em um local estratégico onde poderiam usufruir dos recursos naturais com mais facilidade, por ter menos moradores, enquanto diminuem as invasões e preservam a diversidade.
- e) **Como vivem:** Justamente por ser tão recente, a comunidade não conta com muitos recursos ou infraestrutura, precisando atravessar o rio Itamambuca e se deslocar até a Boa Vista para ter acesso a escolas, centros e postos de saúde.
- f) **O que produzem:** Os integrantes da aldeia vivem da agricultura e do artesanato, tendo estes como principal meio de subsistência plantando batata doce, feijão, banana, milho e mandioca, produtos utilizados para a sua alimentação e também para serem vendidos. Ainda não há turismo na região, mas existem projetos para que no futuro, essa seja mais uma fonte de renda.
- g) **Associações e parceiros:** A Aldeia e seus integrantes contam com a parceria do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), que os apoia através de projetos e ações envolvendo o Turismo de Base Comunitária (TBC), a educação, negociações e estratégias para solucionar conflitos fundiários.
- h) **Projetos de Mitigação:** Faz parte do **Projeto Povos**.

3. Aldeia Akaray Mirim (Tekoa Akara'ã)

- a) **Localização:** Essa aldeia, também se encontra dentro da Terra Inígena Boa Vista, na região norte do município de Ubatuba, mais especificamente no Sertão do Puruba (UBATUBA, 2022).
- b) **Autodenominação:** Guarani Mbyá
- c) **Famílias:** Não foi possível encontrar informações.
- d) **Origem:** Não foi possível encontrar informações.
- e) **Como vivem:** Não foi possível encontrar informações.
- f) **O que produzem:** Não foi possível encontrar informações.
- g) **Associações e Parceiros:** Não foi possível encontrar informações.
- h) **Projetos de mitigação:** Não foi possível encontrar informações.

4. Aldeia Renascer (Ywyty Guaçu)

- a) **Localização:** A comunidade se encontra aos pés do Pico do Corcovado, na região Sul do município de Ubatuba.
- b) **Autodenominação:** Tupi Guarani e Guarani Mbyá
- c) **Famílias:** 20 famílias e 96 pessoas compõem a comunidade (IBGE, 2022).
- d) **Origem:** Sua fundação aconteceu em 22 de Setembro de 1999, quando cinco famílias Tupi Guarani e Guarani ocuparam o território comandadas pelo seu cacique Antonio da Silva Awá, com o objetivo de conquistar o espaço que antes pertencia aos seus antepassados. Antes de sua ocupação, a área era utilizada como aldeia cinematográfica e foi palco do filme “Lá vem nossa comida pulando”.
- e) **Como vivem:** A comunidade vive em total harmonia com a natureza, utilizando a mata para suprir suas necessidades, caçando, pescando e produzindo, enquanto preservam a sua cultura e a transmitem para os seus filhos. A aldeia renascer pode ser considerada uma das mais organizadas do estado de São Paulo, possuindo além de uma casa de reza e habitações tradicionais, uma escola indígena bilíngue que funciona em 3 turnos, com Educação de Jovens e Adultos (EJA) e professores graduados formando o corpo docente.
- f) **O que produzem:** Sua produção consiste em diversos tipos de alimentos que estão presentes em sua alimentação diária, como palmito, pupunha, jussara e açaí, exercendo também a prática do artesanato.
- g) **Associações e Parceiros:** Não foi possível encontrar informações.
- h) **Projetos de mitigação:** Não foi possível encontrar informações.

Quadro 13: Conclusão Preliminar a respeito das comunidades indígenas de Ubatuba

Município	Comunidades Indígenas	Projetos de Mitigação
Ubatuba	4	2

Quadro elaborado pelos autores.

Há 4 comunidades indígenas na região de Ubatuba e apenas 2 possuem informações a respeito de projetos de mitigação.

Comunidades Caiçaras em Ubatuba



Figura 7: Mulheres da comunidade caiçara dentro do Parque Estadual da Jureia, em São Paulo.

Fonte: Foto por Guilherme Rodrigues, disponibilizada em matéria pela BBC News Brasil

1. Comunidade Caiçara Puruba - Praia e Sertão

- a) **Localização:** A comunidade de Puruba se localiza no litoral norte de Ubatuba, podendo ser acessada através da travessia dos rios Puruba e Quiririm. Esta, teve seu território dividido no caminho da praia para o sertão pela rodovia BR-101.
- b) **Famílias:** Segundo o levantamento realizado pelo **Projeto Povos** (2021), a Praia de Puruba possui cerca de 87 pessoas e o seu Sertão possui 109 moradores e 46 famílias compondo a região.
- c) **Origem:** A comunidade foi formada através da miscigenação de povos indígenas, africanos e europeus. Segundo moradores da região em relatos ao **Projeto Povos** (2021), a região de Puruba foi uma das primeiras a ser colonizada, com pessoas entrando de barco constantemente, fazendo um grande número de trabalhadores e escravizados se concentrarem na área. Após o fim da escravidão muitas coisas aconteceram, os descendentes dos integrantes da comunidade foram para o local onde ela hoje se encontra e foram estabelecidas estradas de ferro para levar a produção do café do interior de São Paulo para o Porto de Santos, o que resultou no abandono de Puruba por parte dos fazendeiros, ficando apenas a população nativa.
- d) **Como vivem:** Antes da construção da BR-101 e da divisão do território entre Praia e Sertão, os caiçaras das ambas as partes de Puruba eram como uma grande famílias, se comunicavam e viviam junto a uma abundante natureza, “que utilizavam para se alimentar, construir suas casas, fazer roças, canoas e pescar” (**Projeto Povos**, 2021), mas esses hábitos já não são mais uma realidade. Atualmente, devido a construção da rodovia, o território foi separado, houve uma explosão nos valores da terra, e tudo mudou, a população, os costumes, a cultura e o seu jeito de ser. O povo então deixou de trabalhar nas roças como antigamente e a maior parte da população foi trabalhar na cidade e na praia – o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), também sobrepõe a área do Puruba, o que contribui para esses fatores, mas não impõe tantas restrições, pois depois de um tempo em que plantar era proibido, o Fórum de Comunidades Tradicionais conseguiu a regularização das roças das famílias do sertão de Puruba..
- e) **O que produzem:** Os caiçaras da região possuem como práticas históricas “a pesca, a caça, a agricultura de subsistência, o artesanato [e a] culinária” (**Projeto Povos**, 2021), que apesar de não serem executadas como antigamente, ainda podem ser encontradas. Parte dos alimentos produzidos consistiam em: mandioca, milho, feijão e peixes como robalo, sargo, tainha e garoupa.

- f) **Associações e Parceiros:** A comunidade caiçara de Puruba possui 2 associações comunitárias, sendo elas: Associações de Moradores do Puruba (AMP), da Praia de Puruba e a Sociedade Amigos do Puruba (SAPU), do Sertão.
- g) **Projetos de mitigação:** O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) possui uma grande relação com Puruba, atuando com a comunidade por meio do **Projeto Povos** e do **Projeto Redes**.

2. Comunidade Caiçara Prumirim

- a) **Localização:** Todo o território é atravessado pela BR-101. O nome “Prumirim” vem do rio que desce as serras próximas e atravessa o local, denominando não só a comunidade, como também a praia, uma cachoeira e uma ilha próxima. E assim como todas as comunidades do Norte de Ubatuba, Prumirim está sobreposta pelo Parque Estadual da Serra do Mar.
- b) **Origem e famílias:** A população de Prumirim, descendentes de indígenas, europeus e africanos; se divide entre praias e os sertões. De acordo com o **Projeto Povos** (2021, p. 64), a história da comunidade é marcada pelas relações familiares entre as famílias moradoras do localidade, sendo elas os “Barbosa Dutra, Belarmino, Domingues da Costa, Vieira de Novaes, Altivo dos Santos, Coutinho dos Santos, Domingues Leite, Feliciano de Moura, Jerônimo dos Santos e Moisés”.
- c) **Como vivem:** A construção da BR-101 na década de 1970 marcou um momento de mudanças na comunidade, no qual muitos tiveram que abandonar suas habitações e se locomoveram para outros locais. Além disso, os barcos industriais prejudicam a pesca artesanal, espalhando plásticos e óleos desconhecidos pelo mar. Entre as festas e celebrações locais estão a Festa das Crianças, em outubro; a Festa de São Roque, em agosto; a Festa de Santo Antônio; a Folia dos Reis, o Natal, o Corpus Christi, o Divino Espírito Santo e a Festa das Associações.
- d) **O que produzem:** A pesca e a agricultura são essenciais para sua sobrevivência. O extrativismo também é praticado. Na pesca, utilizam principalmente técnicas que incluem a rede. Já a quantidade de roças diminuiu muito, porém ainda são atividades praticadas.
- e) **Associações e Parceiros:** Uma das associações de Prumirim é o Grupo Sementes de Promirim, especializado em ensinar as antigas tradições da comunidade para as crianças. Existem ainda a Associação de Moradores da Comunidade Caiçara do Promirim (AMOPRO), que busca defender os direitos e interesses da comunidades; e a Associação de Barqueiros das Praias do Prumirim e Félix (ABPPF), que organiza e aprimora as relações entre os barqueiros dessas duas comunidades, realizando ainda o trabalho de transporte turístico.
- f) **Projetos de mitigação:** Por fim, as lideranças de Prumirim fazem parte do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e estão incluídas no **Projeto Povos**. A comunidade também está incluída no **Projeto Redes**.

3. Comunidade Caiçara Félix

- a) **Localização:** A comunidade está estabelecida no Morro do Félix, que fica logo ao lado da BR 101.
- b) **Famílias:** Antes da construção da rodovia, a comunidade contava com cerca de 40 famílias. Dados atuais não foram encontrados.
- c) **Origem:** Assim como muitas outras comunidades caiçaras, os moradores são descendentes de europeus, indígenas e africanos.
- d) **Como vivem:** A construção da rodovia Rio-Santos foi extremamente prejudicial aos moradores dessa comunidade. Eles, que viviam próximos da costa, viram suas casas e roças ruírem devido às máquinas e tratores, e a água ser contaminada com dejetos e lixo, deteriorando a prática da pesca. Assim, foram obrigados a se moverem para o morro do Félix, local onde até então eles apenas faziam suas roças. A praia foi loteada e teve seu nome alterado para praia do português. Em uma área da praia fica o rancho de canoa do Seu Júlio, local que resistiu a pressão imobiliária e onde os caiçaras ainda praticam a pesca.
- e) **O que produzem:** Apesar do pescado ter diminuído muito, os moradores ainda realizam essa atividade tanto para venda quanto para consumo próprio. Os locais de roça passaram a ser habitados pelos membros da comunidade, o que prejudicou esse costume.
- f) **Associações e Parceiros:** A Sociedade de Amigos de Félix foi criada em 1996 e visa a defesa dos interesses e direitos, além da manutenção dos modos de vida caiçaras desse grupo. O FCT também mantém relações com essa comunidade.
- g) **Projetos de mitigação:** A comunidade faz parte do **Projeto Redes**.

4. Comunidade Caiçara da Praia Vermelha do Norte

- a) **Localização:** Posicionado entre a subida do morro e o mar. A comunidade fica logo após a praia.
- b) **Famílias:** A comunidade conta com cerca de 15 casas.
- c) **Origem:** Segundo o **Projeto Povos** (2021, p. 194), algumas famílias estão nas raízes da comunidade, sendo elas: “os Leite, nascidos em Itamambuca, os Barbosa, do Ubatumirim, os Correa, e os Conceição”. Atualmente, os membros de uma única família ocupam várias das casas, a qual data sua existência a 8 gerações, segundo uma moradora, chamada Antonia Santana, de 73 anos.
- d) **Como vivem:** A vida pacífica e isolada teve um fim com a construção da BR 101, que trouxe movimentação para a região e a tornou um alvo de ações imobiliárias. Muitas roças foram destruídas pela rodovia, enquanto que outras o mato tomou. A prática da pesca também foi diminuída com o tempo. Os moradores trabalham com o turismo durante a temporada.
- e) **O que produzem:** O pouco pescado que é capturado serve para subsistência, assim como as pequenas plantações. Ervas medicinais são cultivadas nos quintais para práticas de saúde.
- f) **Associações e Parceiros:** Não foram encontradas informações.
- g) **Projetos de mitigação:** A comunidade faz parte do **Projeto Povos**.

5. Comunidade Caiçara da Barra Seca

Localização: A comunidade pode ser acessada pela BR 101, virando à direita caso esteja saindo de Ubatuba em direção a Paraty. O mar também é uma opção, através do rio Indaiá. A praia fica próxima de um manguezal.

- a) **Famílias:** Algumas famílias tradicionais da comunidade são os Batista, os Silva, os Oliveria e os Matheus. Contudo, o **Projeto Povos** (2021) revela que a maior parte da população desse bairro é composta por pessoas que foram morar ali quando a comunidade já existia, esses não são caiçaras.
- b) **Origem:** Barra Seca é um bairro de Ubatuba, do qual é possível até mesmo enxergar o centro da cidade.
- c) **Como vivem:** Um dos traços mais importantes da cultura dessa comunidade são as aulas de canoagem que são dadas para as crianças que moram no local, atividade que visa preservar nos mais jovens uma parte importantíssima da cultura caiçara local. Pelo mesmo motivo, uma das principais celebrações locais é a corrida de canoas, que atraem pessoas de toda Ubatuba para apreciar ou participar. A canoa também é importante para o turismo, onde são realizadas aulas de remagem. Aos turistas também é apresentado o processo de criação de mariscos. O volume de plantações foi minado pela construção da BR 101 e pela especulação imobiliária, já o pescador ainda é praticado por alguns e serve tanto para o consumo familiar quanto para a venda. Porém, essa prática tem sido prejudicada pelo avanço industrial e pelos detritos humanos que são jogados no mar, a ponto da pesca ter sido interrompida por volta de 2020, por esses motivos.
- d) **O que produzem:** O mexilhão é o principal produto cultivado e comercializado pelos caiçaras, que vendem os seus pescados para turistas e outros de dentro da própria comunidade. Outros produtos vendidos são o marisco, o siri, o camarão, entre outros.
- e) **Associações e Parceiros:** A Associação dos Amigos e Remadores da Canoa Caiçara (AARCCA) é a responsável pela organização da corrida de canoas. A comunidade também mantém contato com o FCT.
- f) **Projetos de mitigação:** A comunidade faz parte do **Projeto Povos** e do **Projeto Redes**.

6. Comunidade Caiçara Picinguaba

- a) **Localização:** Se situa no km 7 da rodovia BR-101, perto da divisa estadual entre São Paulo e Rio de Janeiro.
- b) **Famílias:** Segundo informações adquiridas pelo **Projeto Povos** (2021), o cadastro do Posto de Saúde da comunidade mostra uma quantidade aproximada de 100 famílias vivendo na região.
- c) **Origem:** Os moradores da comunidade de Picinguaba descendem de pessoas que viveram por volta de 1870, cerca de 150 anos atrás, sendo que a localidade que utilizam nos dias de hoje foi habitada desde o início da ocupação na área. Uma das famílias mais antigas da região é a de Benedito Correa da Silva, que conta ao Projeto Povos (2021) em uma entrevista, que seu avô João Iria cultivava em partes do sertão de Picinguaba antes mesmo da comunidade caiçara ser consolidada. A comunidade se constituiu através de intercassamentos com pessoas provenientes de territórios próximos como Trindade, Fazenda, Patrimônio, Camburi, Almada e Laranjeira, fazendo com que as comunidades caiçaras e quilombolas da região fossem se fundindo, criando uma rede de relações de parentesco extremamente densa. Além disso, também há membros de famílias de colonos italianos que desembarcaram na região na virada do século XIX, deixando diversos descendentes que hoje integram comunidades em todo o norte de Ubatuba.
- d) **Como vivem:** Desde o início a comunidade de Picinguaba vivia através dos resultados do seu trabalho manual associado aos recursos naturais disponíveis no território. No entanto, por volta de 1980, foi imposta a proibição da atividade agrícola, por conta da transformação da região em uma unidade de conservação de proteção integral em 1977, mudando completamente sua forma de viver, sua fonte de renda – que passou a ser o turismo – e até mesmo a paisagem da comunidade. Antes, a área era marcada por roças e sapezais, que se dissiparam, sendo substituídos por uma vegetação florestal e muitas casas de veraneio.
- e) **O que produzem:** Antes da sobreposição do Parque Estadual da Serra do Mar, os integrantes da comunidade praticavam a pesca, a caça, o extrativismo e a agricultura, produzindo alimentos como banana, mandioca, cana e milho. Atualmente, não podem fazer o uso da terra para o exercício da agricultura, mas realizam a pesca, além de ainda existirem quintais de frutíferas, temperos, hortaliças, e plantas medicinais utilizadas no seu dia a dia e para a produção de artesanato.
- f) **Associações e Parceiros:** Desde a década de 1980, a comunidade possui sua própria associação de moradores, sendo fundada primeiro com o nome Sociedade de Amigos do Bairro de Picinguaba (SABP), passando a

se chamar Associação de Moradores de Picinguaba (AMBP) posteriormente. Essa, atua de forma constante, fazendo cobranças ao poder público na tentativa de garantir o fornecimento adequado de serviços e necessidades da comunidade, coordenando também o processo de ordenamento turístico da região. Com o passar do tempo, o aumento da comunidade e consequentemente, das demandas, foram criadas outras 2 associações, a Associação de Barqueiros e Pescadores de Picinguaba (ABPP) e a Associação de Barqueiros e Pescadores Tradicionais de Picinguaba (ABPTP). Atualmente, as 3 trabalham juntas em busca dos seus direitos e de suas necessidades, organizando também o Turismo de Base Comunitária e seu funcionamento.

- g) Projetos de mitigação:** Picinguaba faz parte do **Projeto Povos**, participa das atividades do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), marcando presença no Grupo de Trabalho da Pesca (GT Pesca), desde a criação do Projeto de Fortalecimento da Pesca Artesanal. Através dessa relação, o FCT acabou se aproximando também da escola da comunidade e da Secretaria Municipal de Educação, contribuindo para a formação do Coletivo de Educação Diferenciada em Ubatuba. A Prefeitura Municipal de Ubatuba também apoia a comunidade com alguns equipamentos de infraestrutura ocasionalmente. A comunidade também faz parte do **Projeto Redes**.

7. Comunidade Caiçara Vila Palmira

- a) **Localização:** Essa, pertence à Picinguaba e pode ser encontrada entre o mar e os vales do sertão de Picinguaba, no caminho que leva à praia. A área onde vivem os habitantes da vila inclui um local chamado de “Areia”, que poderá ser encontrado com mais detalhes posteriormente.
- b) **Famílias:** Segundo o **Projeto Povos** (2021), considerando a extensão da estrada de acesso à vila, existem aproximadamente 30 famílias vivendo na comunidade.
- c) **Origem:** Assim como em Picinguaba, os relatos dos moradores coletados pelo **Projeto Povos** (2021), mostram que o território tem sido utilizado pelos caiçaras a diversas gerações. Jurlene Saturnino Mariano, integrante de Vila Palmira, conta um pouco da história da comunidade. Segundo ela, sua avó Palmira, que nasceu na cidade de Paraty, foi para a região que se tornaria a vila por conta dos pais, que eram de lá. Palmira era a dona das terras e as deixou para os seus filhos, que se estabeleceram e formaram suas famílias, utilizando os recursos disponíveis para se manterem.
- d) **Como vivem:** No passado, viviam do fruto do seu trabalho, através da agricultura, com a plantação de banana, mandioca e da produção de farinha, criando também diversos animais como galinhas, porcos e patos, o que são impedidos de fazer atualmente. A área onde se encontra a Vila Palmira, se encontra em uma Zona de Ocupação Temporária segundo o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar e por isso estão proibidos de perpetuar o uso tradicional do território, sem poder construir ranchos, plantar roças ou mesmo construir e reformar casas, sendo ameaçados de forma constante através de multas, apreensão de materiais, ações demolitórias e de reintegração de posse ao Estado. A comunidade então, faz de tudo para se adaptar às restrições impostas e à incessante ameaça ao seu modo de viver.
- e) **O que produzem:** Por conta da implementação da unidade de conservação de proteção integral, suas práticas agrícolas e a caça foram proibidas, fazendo com que seu principal foco quando se trata de fonte de renda, seja a pesca, o artesanato e o turismo de base comunitária, embora ainda possuam quintais utilizados para a produção de elementos essenciais para o seu modo de vida, como frutas, hortaliças, temperos e plantas medicinais.
- f) **Associações e Parceiros:** Não possuem associações e parceiros próprios, mas como pertencem à comunidade de Picinguaba, cujas suas associações também englobam a Vila Palmira.
- g) **Projetos de mitigação:** Fazem parte do **Projeto Povos**, e se relacionam com o **Projeto Redes** a partir da comunidade de Picinguaba.

8. Comunidade Caiçara Almada

- a) **Localização:** Esta, pode ser encontrada através da estrada de acesso às praias da Almada e do Engenho, a partir da rodovia BR-101, na região Norte do Município de Ubatuba. A comunidade está difundida entre as praias da Almada e do Engenho, incluindo ainda as praias Brava e Lança Cavala.
- b) **Famílias:** Atualmente, existem cerca de 50 famílias representadas pela associação de moradores da comunidade (Ubatuba, 2023)
- c) **Origem:** A comunidade foi formada através da miscigenação entre portugueses, pretos e indígenas que aconteceu no século XX, responsável por dar origem aos seus primeiros integrantes, que se estabeleceram no litoral, iniciando uma grande cultura de utilização dos recursos naturais terrestres e principalmente os aquáticos como forma de subsistência. Além da população considerada nativa, alguns imigrantes compõem a comunidade, junto com suas famílias, que auxiliam na organização e na limpeza da região. (Futemma, 2008, p. 128-129).
- d) **Como vivem:** Os membros da comunidade procuram viver sempre em harmonia, uns com os outros e com a natureza que os cerca. O que forma Almada é uma família extensa e bem organizada, que mantém uma forte união independente das circunstâncias, tendo como objetivo principal transmitir suas heranças culturais para os mais jovens. No seu dia a dia, se fazem presentes na luta pelo território, zelando também pela comunidade, pelo mar que é seu território e se fortalecendo quanto às práticas da pesca e da agricultura.
- e) **O que produzem:** A agricultura é uma das práticas realizadas pela comunidade e através dela, produzem diversos tipos de alimentos como a mandioca, cana de açúcar, feijão e milho, mas sua principal atividade é a pesca, agregando várias modalidades de pesca artesanal e tendo uma forte tradição pesqueira instaurada na comunidade. Além disso, pelo fato de se encontrar em uma região de praia, a comunidade também utiliza o turismo como fonte de renda, dividindo áreas de pousadas, quiosques e casas para locação por temporada.
- f) **Associações e Parceiros:** A comunidade Caiçara de Almada possui sua própria associação, a Associação dos Moradores e Amigos da Almada, que atua de forma constante e ativa em defesa dos direitos e da organização comunitária. Esta, tem relação com o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e à Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC). Além disso, a comunidade participa das atividades da Rede Nhanderekó de Turismo de Base Comunitária, são atuantes do GT Pesca do FCT e contando também com o apoio da coordenação de Justiça Socioambiental do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS).
- g) **Projetos de mitigação:** Faz parte do **Projeto Redes**.

9. Sertão do Ubatumirim

- a) **Localização:** Esse território é composto por 4 vales que descem da Serra do Mar. Em sua área pode ser encontrado trilhas de bicicleta e uma cachoeira. Seu acesso se dá pelo km 14 da BR 101. A comunidade fica localizada 33 km ao norte do centro de Ubatuba.
- b) **Famílias:** Segundo estimativas do **Projeto Povos** (2021), mais de 150 famílias vivem nessa comunidade.
- c) **Origem:** Segundo o Fórum dos Saberes Artesanais, a ocupação desse território pela comunidade caiçara se dá desde o século XIX.
- d) **Como vivem:** O mapeamento do Projeto Povos encontrou mais de 150 casas espalhadas pelo território, que possuem suas roças e criadouros de animais como porcos e galinhas. No centro da comunidade são encontrados uma escola, um posto de saúde, um mercadinho e um restaurante. Plantas medicinais são cultivadas no Ervário Caiçara da comunidade, e utilizadas regularmente para o cuidado com a saúde. Nesse estabelecimento também são desenvolvidas pesquisas e são dados cursos para o ensino de tratamentos através das plantas medicinais.
- e) **O que produzem:** As principais produções dessa comunidade estão relacionadas ao extrativismo madeireiro e não madeireiro. Os caiçaras trabalham na criação de uma grande variedade de objetos para uso próprio e para venda ou troca com outras comunidades, que vão desde serventias para a pesca até a produção de instrumentos musicais. Já na roça, alguns dos alimentos cultivados são: banana, juçara, mandioca, mamão, abóbora, taioba, couve, feijão, cana de açúcar, milho, batata doce, entre outros.
- f) **Associações e Parceiros:** Existe no Sertão de Ubatumirim a Associação dos Bananicultores e Produtores Rurais da Comunidade Tradicional Caiçara do Sertão do Ubatumirim (ABU), criada em 1985, que defende a produção totalmente natural de alimentos, sem a utilização de insumos químicos.
- g) **Projetos de Mitigação:** Faz parte do **Projeto Povos**.

10. Agrupamento de Comunidades Caiçaras (Praia do Ubatumirim, Estaleiro e Justa; Vilas Gaivota, Rolim, Barbosa e da Índia; e Cambucá)

- a) **Localização:** Seguindo a deixa do **Projeto Povos** (2021), reunimos neste número um agrupamento de várias comunidades caiçaras que estão localizadas na mesma região de Ubatuba. A Praia do Estaleiro está localizada a 33 km do centro da cidade, e segundo o site *Curiosidades de Ubatuba*, “o acesso é por via secundária de terra batida, na altura do Km 15,3 da rodovia Rio-Santos. E após aproximadamente 1 Km beirando um manguezal”. Estaleiro faz fronteira com a Praia de Ubatumirim, cuja divisa é marcada pelo Rio Ubatumirim. As Vilas estão localizadas nos fundos dessas comunidades, em áreas mais próximas da BR-101. Trilhas conectam as Vilas à Praia da Justa. Já Cambucá está localizada do outro lado da estrada.
- b) **Famílias:** Não foram encontrados dados relacionados ao número de moradores dessa região.
- c) **Origem:** Em entrevista ao **Projeto Povos** (2021), um morador chamado Mário Gato afirma que a região já era habitada desde antes da chegada dos europeus, pelo povo Tupinambá. As Vilas são formações mais recentes, localizadas próximas de loteamentos recentes fruto da especulação imobiliária. Cambucá, por sua vez, tem muitas ligações com o Quilombo da Fazenda, devido a laços de parentesco dos moradores.
- d) **Como vivem:** As atividades realizadas nessas comunidades refletem o que é feito também em comunidades de outras regiões, como a pesca artesanal, as roças, a fabricação de farinha, celebrações religiosas, construção de canoas, entre outras. As comunidades possuem muitas características iguais, mas também possuem traços únicos. Por exemplo, Estaleiro possui um manguezal e um cemitério próprio em seu território – o Cemitério Centenário do Ubatumirim é tido como ponto turístico, já que fica perto da praia e recebeu todos os escravos falecidos a região; já as Vilas possuem casas de farinha; Cambucá conta com uma cachoeira e em Ubatumirim Praia pode ser encontrado um rancho coletivo. Estaleiro, Ubatumirim e Justa são as únicas que contam com uma praia em suas respectivas áreas. Entre suas celebrações, destaca-se o Fandango Caiçara, uma celebração musical relacionada aos modos de vida desses povos. Por fim, as crianças dessas comunidades se locomovem até o Sertão de Ubatumirim para estudar na escola da comunidade.
- e) **O que produzem:** Apesar da criminalização de muitas práticas tradicionais, várias áreas de roça ainda são mantidas pelos caiçaras de Cambucá, da

Praia da Justa e das 4 Vilas. A pesca artesanal continua sendo uma prática para subsistência e para venda. No Estaleiro muitas vezes essa comercialização ocorre na própria praia. No entanto, a maioria dos moradores não são financeiramente dependentes dessas práticas. Como o transporte público passa por todas as comunidades, muitos caiçaras procuram trabalho no centro de Ubatuba. Muitos são servidores públicos, inclusive.

- f) **Associações e Parceiros:** A única dessas comunidades que possui uma associação atuante é Cambucá. Contudo, os pescadores artesanais desse agrupamento de comunidades mantêm relações com o FCT e o seu GT pesca.
- g) **Projetos de Mitigação:** Fazem parte do **Projeto Povos** e do **Projeto Redes**.

11. Comunidades Caiçaras Cabeçuda e Areia

- a) **Localização:** A comunidade conhecida como Areia é uma pequena vila às margens da BR 101, localizada em uma área também conhecida como KM 9. Já Oliveiras, o núcleo mais populoso de Cabeçuda, pode ser acessado também a partir da BR 101. Os outros dois núcleos são mais próximos à estrada que leva a Picinguaba.
- b) **Famílias:** Cabeçuda conta com 36 casas, divididas em três núcleos. Não foram encontradas informações referentes ao número de habitantes ou de casas em Areia.
- c) **Origem:** O **Projeto Povos** rastreia as origens da chamada Fazenda Cabeçuda até o século XVII, quando três homens portugueses construíram fazendas escravistas na região. Um forte baque econômico veio a enfraquecer essa área, contudo os descendentes dos primeiros moradores não abandonaram a fazenda, mesmo após a abolição da escravidão. A família Freitas é a mais antiga da comunidade, já estando em sua 6ª geração.
- d) **Como vivem:** Cabeçuda conta com morros, rios, campinhos de futebol, casas de farinha, ruínas antigas, trilhas e áreas de roça. É organizada em três núcleos, sendo eles: Antônio Freitas, Damásio e Oliveiras. Ambas as comunidades estão em estado de alerta devido às ameaças de zoneamento feitas pelo PESH (Parque Estadual Serra do Mar), que indica o território como Zona de Ocupação Temporária (ZOT). A principal fonte de renda dos moradores dessas comunidades é o turismo, com o qual eles trabalham em outras comunidades ou no centro de Ubatuba.
- e) **O que produzem:** Tanto a pesca artesanal quanto a agricultura ainda são atividades praticadas, porém em número muito reduzido devido às restrições ambientais. Alguns dos alimentos ainda cultivados são o milho, abacaxi, batata, inhame, mandioca, café, cacau, entre outros.
- f) **Associações e Parceiros:** As comunidades não possuem associações. Porém, através do contato com o **Projeto Povos**, elas começaram a participar de projetos desenvolvidos pelo FCT.
- g) **Projetos de Mitigação:** Fazem parte do **Projeto Povos**.

Quadro 14: Conclusão Preliminar a respeito das comunidades caiçaras de Ubatuba

Município	Comunidades Caiçaras	Projetos de Mitigação
Ubatuba	19	19

Quadro elaborado pelos autores.

A região de Ubatuba possui 19 comunidades caiçaras, sendo que 17 possuem projetos de mitigação.

Comunidades Quilombolas em Ubatuba

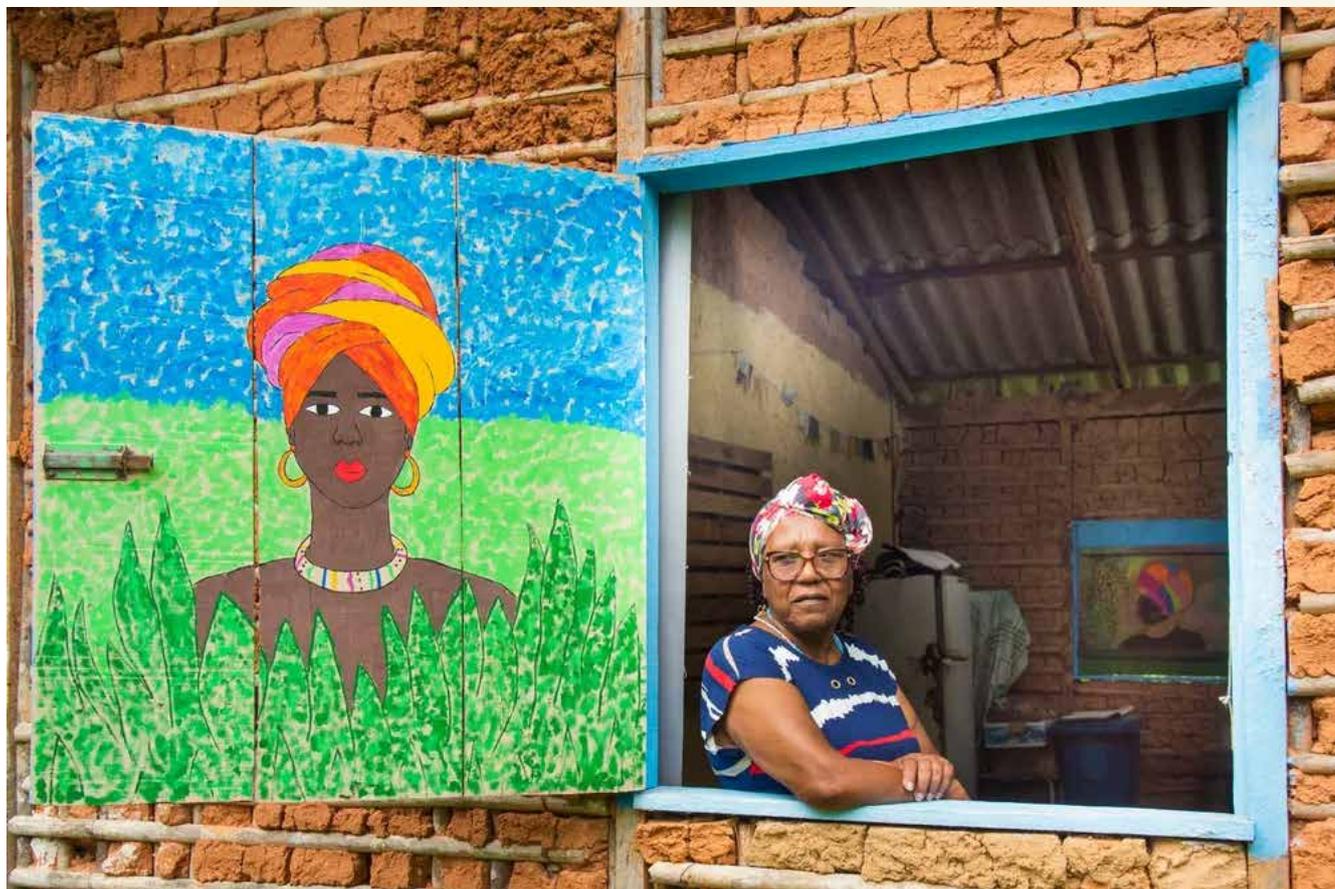


Figura 8: Imagem de uma moradora do Quilombo Caçandoca.

Fonte: Foto de divulgação do Quilombo Caçandoca, divulgada pela prefeitura de Ubatuba. Autor desconhecido.

1. Caçandoca

- a) **Localização:** Se localiza na região praiana do município de Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, a 250 quilômetros da capital e tem seu território composto por 890 hectares de áreas de praia e de sertão, sendo que partes do território com resquícios do passado, só podem ser acessado através de trilhas, por conta da região ter sido geograficamente mudada devido a exploração sofrida. O acesso ao quilombo em si pode ser feito por uma estrada de terra a partir da BR-101.
- b) **Famílias:** A comunidade é formada por cerca de 50 famílias.
- c) **Origem:** Os membros da comunidade identificam seu território pelas localidades que faziam parte de uma fazenda escravocrata que produzia café e cana de açúcar no século XIX. Essa, foi comprada por José Antunes de Sá em 1858, abrangendo Caçandoca e diversas outras localidades. Antônio dos Santos, um dos integrantes, afirma que seu bisavô, João Benedito, era um dos escravizados na Fazenda Caçandoca quando as terras foram compradas. Os três filhos do fazendeiro decidiram se estabelecer, formando núcleos administrativos – Caçandoca, Saco da Raposa e Saco da Banana – e até mesmo tendo filhos com mulheres escravizadas, dos quais grande parte não eram assumidos pelos pais.
- Com a chegada da abolição, alguns saíram da fazenda e outros, decidiram ficar, juntando-se à pequena quantidade de filhos e netos reconhecidos de José Antunes de Sá e a ex-escravizados de outras fazendas, permanecendo como donos do seu próprio trabalho. Assim, a comunidade foi sendo formada. Sete famílias descendem de uniões entre homens brancos e mulheres negras, das quais cinco uniões envolvem filhos de José Antunes de Sá. “E um outro ramo famílias descende de dois escravizados, Gabriel de Oliveira dos Santos e Rosária Vitória” (Estrela da Costa, 2016).
- d) **Como vivem:** A população tem relações históricas fortes com o seu território, vivendo de forma sustentável, garantindo a preservação das praias e de grande parte da Mata Atlântica.
- e) **O que produzem:** O café e a cana-de-açúcar foram os principais produtos produzidos até algumas décadas após a abolição, mas gradualmente, estes foram sendo substituídos pelas plantações de banana, que tomou o seu lugar, passando a ser o principal produto vendido pela comunidade nos dias de hoje, sobrevivendo também com uma agricultura complementada pela pesca e pela coleta de mariscos para consumo próprio. Além disso, eles vivem do turismo, contando sua história, suas origens e apresentando o espaço para quem quiser conhecer.
- f) **Associações e Parceiros:** No ano de 1988, a comunidade remanescente fundou a Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo de Caçandoca, para facilitar a comunicação e a busca de apoio de políticos, órgãos públicos, parcerias, associações e até mesmo a imprensa caso fosse

preciso. Além de promover diversas atividades e iniciativas para beneficiar a comunidade. Um exemplo dessas iniciativa é o “Maio Negro - Dia de Resistência e Luta Quilombola”, um evento que aconteceu em 2018, promovido pela associação em parceria com o Coletivo Afrobrasilidades, com o apoio do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), da Amgos na Preservação, Proteção e Respeito a Ubatuba (APPRU) e do Grupo de Capoeira Angola Irmãos Guerreiros de São Paulo, marcando o mês de maio com um evento com rodas de conversas, oficinas, atividades culturais e educativa que também funciona como método de reivindicação das populações quilombolas e negras de Ubatuba e Região.

g) Projetos de mitigação: Fazem parte do **Projeto Redes**.

1.1 . Caçandoquinha, Raposa, Saco de Bananas e Frade

- a) **Localização:** Essas comunidades, diferentes das outras citadas aqui, não são independentes, elas fazem parte de outras comunidades como Caçandoca, Bairro Alto, São Lourenço, Saco do Morcego, Praia do Pulso e Praia do Simão, se encontrando em uma das praias de maior destaque do litoral norte de São Paulo.
- b) **Famílias:** Sem Informação.
- c) **Origem:** Sua história de origem também é compartilhada, sendo a mesma do Quilombo Caçandoca. Elas se separam durante o processo de titulação e reconhecimento da comunidade. No decorrer do procedimento de regularização, a tensão entre os diferentes grupos que compunham a comunidade aumentou, de modo que não queriam mais fazer parte da mesma comunidade, o que os levou a criar uma outra entidade representativa, a Associação dos Remanescentes da Comunidade do Quilombo Caçandoquinha, Raposa, Saco de Bananas e Frade (ARCQCRSB), responsável por representar a parcela insatisfeita, reunindo a fração das famílias de Caçandoca não haviam aceitado reivindicar a identidade quilombola previamente. Em 2008, mais especificamente no mês de julho, a Fundação Cultural Palmares (FCP) criou uma situação nunca antes vista no Estado de São Paulo ao expedir a Certidão de Autorreconhecimento à Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoquinha, Raposa, Saco das Bananas e Frade: a partir deste momento, duas associações quilombolas diferentes, ambas certificadas pela FCP, reivindicando o mesmo território. Para evitar problemas e prejuízos no processo de regularização, a justiça decidiu “congelar” a ocupação, até que anos depois, em 2013, através da intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enfim chegaram a um acordo e unificaram as associações para que o território pudesse ser retomado, com o ingresso de famílias previamente integrantes da região e das que estavam por vir. Hoje, ocupam uma área de cerca de 890 hectares referente ao Quilombo de Caçandoca. (Galdino et. al., 2020)
- d) **Como vivem:** Atualmente vivem como parte da comunidade de Caçandoca.

Nota: Essas comunidades foram integradas à comunidade de Caçandoca, mas consideramos importante colocar aqui informações a seu respeito pois estas constam no Atlas do Observatório Quilombola, embora com poucas informações.

2. Camburi

- a) **Localização:** A comunidade se encontra em uma região localizada no norte do município de Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, fazendo fronteira com o município de Paraty. Suas terras estão localizadas no interior do Parque Estadual da Serra do Mar, tendo parte de sua área nos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina.
- b) **Famílias:** Segundo o último censo do IBGE (2022) a população do quilombo consiste em 164 pessoas. O número de famílias atualizado é de aproximadamente 39 (Observatória Quilombola, 2023).
- c) **Origem:** O quilombo remanescente foi constituído há pelo menos 150 anos, acolhendo muitos ex-escravizados e escravizados em fuga, por ser considerada uma região protegida, localizada entre a serra e o mar. Entre esses, havia não apenas quilombolas, mas também indígenas e caiçaras. Seguindo esse mesmo caminho, cinco grupos chegaram à região: os Conceição, os Firminos, os liderados por Josefa, pela “Velha Cristina” ou pelo “Velho Basílio”. Esses, foram os quilombolas cujos descendentes formaram o quilombo Camburi, lutando até os dias atuais pela titulação de suas terras.
- d) **Como vivem:** Entre os moradores da comunidade, a terra era um bem comum e isso era consenso. Não havia necessidade de compras de parcelas particulares ou da construção de cercas para delimitar o território de cada família. Os regulamentos locais permitem que os moradores utilizem grandes parcelas de terra para as suas necessidades familiares e de subsistência. Cada descendente que se casava, poderia construir sua casa do terreno dos pais, podendo chegar a ocupar vilas inteiras.
- e) **O que produzem:** Com a criação das unidades de conservação de proteção integral na área do quilombo, a comunidade perdeu sua capacidade de roçar, caçar, pescar e coletar e as práticas passaram a ser proibidas na área, mudando completamente o seu modo de viver. Encontrar uma alternativa para se manter economicamente, no entanto, foi um desafio. Os quilombolas tentaram de tudo, desde trabalhos na construção ou como caseiros nas propriedades dos turistas até a venda de lotes. Atualmente suas atividades principais consistem na pesca, no artesanato e no turismo ecológico, com parte dos integrantes ainda tendo que trabalhar fora da comunidade.
- f) **Associações e Parceiros:** Não foram encontradas informações.
- g) **Projetos de mitigação:** Esta comunidade faz parte do **Projeto Redes e do Projeto Povos**, desenvolvido pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. O Camburi também recebeu em sua comunidade o Projeto Juçara, uma iniciativa do Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (IPEMA), com apoio da Fundação Federal (FF) e financiamento da Petrobrás, contando com parcerias da Rede Juçara, do Instituto Akarui, da Prefeitura Municipal de Ubatuba e da Secretaria de Educação, resgatando práticas produtivas e extrativistas tradicionais de manejo florestal sustentável, através do plantio das Palmeiras Juçaras, a produção das matérias primas, a transformação dos produtos e a comercialização.

3. Sertão de Itamambuca (tradicionalmente conhecido como Casanga)

- a) **Localização:** A comunidade está localizada no litoral norte do Estado de São Paulo, na área rural de Ubatuba, em uma área próxima ao Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), possível ser acessado pela rodovia BR-101, através da Estrada da Casanga.
- b) **Famílias:** Segundo o censo do IBGE (2022), atualmente a comunidade possui 353 habitantes e segundo a própria comunidade através do seu website, 70 famílias compõem o quilombo nos dias de hoje.
- c) **Origem:** O local onde hoje se situa o quilombo, sediava uma fazenda de café no início do século XIX, pertencendo a um homem chamado Modesto Antonio Barbosa, que tinha uma grande quantidade de escravos. Os escravos continuaram morando e produzindo nas terras mesmo após a abolição, se estabelecendo e formando famílias que hoje formam o quilombo.
- d) **Como vivem:** Com o número de habitantes crescendo cada vez mais, os moradores da comunidade vivem distribuídos por aproximadamente 36 casas, onde vivem em harmonia com a natureza e a mata atlântica que os cerca.
- e) **O que produzem:** Durante as décadas de 1960-70, a concentração das produções cafeeiras na região oeste de São Paulo provocou um refluxo populacional que fez com que a produção de Itamambuca fosse desativada e a população passasse a produzir outras coisas, tendo a mandioca como seu principal meio de subsistência e substituta do café. Além disso, hoje em dia a comunidade tem parte de sua renda gerada através do turismo sustentável de base comunitária, apresentando múltiplos atrativos naturais, culturais e históricos da comunidade para os seus visitantes, promovendo também sua valorização.
- f) **Associações e Parceiros:** Possuem a Associação dos Remanescentes da Comunidade de Quilombo do Sertão de Itamambuca (ARQSI) –, focando também no componente ambiental, nas trocas intergeracionais e no resgate da cultura tradicional do quilombo.
- g) **Projetos de mitigação:** Com o intuito de promover o desenvolvimento territorial sustentável na região do quilombo, um projeto chamado **Quilombo Sustentável** foi desenvolvido, através da realização do Instituto Terroá em parceria com a Petrobrás. O projeto teve início em janeiro de 2023 e terá a duração de 2 anos, pretendendo ampliar as possibilidades de inclusão produtiva, geração de renda e maturidade da gestão da associação da comunidade

4. Fazenda Picinguaba (Também conhecida como Fazenda da Caixa ou Quilombo da Fazenda)

- a) **Localização:** A comunidade está localizada na costa norte de Ubatuba, na região de Picinguaba, possível ser acessado pela estrada Rio-Santos, através da estrada de terra que se encontra no km 12 da rodovia.
- b) **Famílias:** O quilombo é composto por 50 famílias (SPU, 2022) e aproximadamente 200 remanescentes quilombolas.
- c) **Origem:** A origem da comunidade quilombola remonta o final do século XIX. Na região onde hoje habitam, costumava existir uma fazenda cafeeira, que utilizava mão de obra escrava para a realização da produção. Essa, pertencia a Maria Alves de Paiva, que quando faleceu, em 1884, demonstrou em seu testamento sua vontade, pedindo para que seus escravos fossem libertos, podendo habitar em determinadas áreas da Fazenda. Iniciando assim, o processo de formação do quilombo.
- d) **Como vivem:** Nos dias atuais, os remanescentes vivem em uma tentativa constante de preservação e resgate, do meio ambiente, tendo uma relação ancestral com a terra, a roça, a mata e o mar, e da sua cultura, através de grupos de dança, contendo diversos ritmos como o jongo, ciranda, arara, caranguejo e maracatu, grupos de tambores, contadores de histórias e artesanato. Além disso, a comunidade possui restaurantes, uma escola, uma igreja e até mesmo uma cooperativa, fundada por eles mesmos em 2014, chamada Cooperativa do Azul.
- e) **O que produzem:** As famílias do quilombo são tradicionalmente pescadoras e agricultoras, manejando também as florestas com maestria. Com exceção do sal, vela e querosene, a produção da comunidade abrangia tudo – abacate, banana, cambuci, pupunha milho, feijão e muitos outros –, através de uma relação de respeito e integração à natureza, embora sejam conhecidos principalmente Casa da Farinha, que se encontra dentro do seu território e pela produção da mesma. Além disso, o turismo de base comunitária também se faz presente na comunidade e é uma fonte de renda extremamente importante para os habitantes, possuindo roteiros gastronômicos, ecológicos e culturais.
- f) **Associações e Parceiros:** A Fazenda faz parte da Rede de Turismo Ambiental, um projeto da Associação Comunitária Gaivota (ACCG), com apoio da Oi, que está em andamento desde 2015.
- g) **Projetos de mitigação:** O Quilombo da Fazenda faz parte tanto do **Projeto Povos** quanto do **Projeto Redes**.

Quadro 15: Conclusão Preliminar a respeito das comunidades quilombolas de Ubatuba

Município	Comunidades Quilombolas	Projetos de Mitigação
Ubatuba	4	4

Quadro elaborado pelos autores.

Há 4 comunidades quilombolas em Ubatuba nos dias de hoje e todas têm projetos de mitigação.

Quadro 16: Conclusão geral de comunidades do município:

Município	Comunidades Indígenas	Comunidades Caiçaras	Comunidades Quilombolas	Projetos de Mitigação
Ubatuba	4	19	4	22

Quadro elaborado pelos autores.

No município de Ubatuba, foram encontradas 4 comunidades indígenas, 19 caiçaras e 4 quilombolas, sendo que de acordo com as informações obtidas, 22 destas possuem algum projeto de mitigação.

Índice Remissivo

Comunidades tradicionais de Angra dos Reis – p. 11

Comunidades indígenas de Angra dos Reis – p. 12

Aldeia Sapukai – p. 13-14

Comunidades caiçaras de Angra dos Reis – p. 15

Frade – p. 16-17

Parnaioca – p. 18

Aventureiro – p. 19

Praia Vermelha – p. 20

Abraão – p. 21

Palmas – p. 22

Dois Rios – p. 23

Provetá – p. 24

Araçatiba – p. 25

Sítio Forte – p. 26

Matariz – p. 27

Bananal – p. 28

Freguesia de Santana – p. 29

Japariz – p. 30

Saco do Céu – p. 31

Praia da Longa – p. 32

Comunidades quilombolas de Angra dos Reis – p. 33

Alto da Serra do Mar – p. 34-35

Santa Rita do Bracuí – p. 36-37

Comunidades tradicionais de Paraty – p. 38

Comunidades Indígenas de Paraty – p. 39

Aldeia Araponga (Guyraitapu) – p. 40-41

Aldeia Paraty-Mirim (Itaxi Mirim) – p. 42

Aldeia Rio Pequeno (Tekoha Jevy) – p. 43

Aldeia Arandu Mirim (Saco de Mamanguá) – p. 44

Aldeia Iriri Kãñã Pataxi Üi Tanara – p. 45

Comunidades caiçaras de Paraty – p. 46

Trindade – p. 47-48

Praia do Sono – p. 49

Ponta Negra – p. 50

Paraty Mirim – p. 51

Pouso da Cajaíba – p. 52
Calhaus (Escaléu) – p. 53
Saco da Sardinha, Saco Claro e Juatinga – p. 54
Martim de Sá, Saco das Anchovas, Cairuçu das Pedras e Sumaca – p. 55-56
São Gonçalo, Ilha do Cedro e do Pelado – p. 57-58

Comunidades quilombolas de Paraty – p. 59
Quilombo do Cabral – p. 60-61
Campinho da Independência – p. 62
Guiti – p. 63

Comunidades tradicionais de Ubatuba – p. 64
Comunidades Indígenas de Ubatuba – p. 65
Boa Vista do Sertão Promirim – p. 66
Aldeia Rio Bonito (Yakã Porã) – p. 67
Aldeia Akaray Mirim (Tekoa Akarai) – p. 68
Aldeia Renascer (Ywyty Guaçu) – p. 69

Comunidades caiçaras de Ubatuba – p. 70
Puruba - Praia e Sertão – p. 71-72
Prumirim – p. 73
Félix – p. 74
Praia Vermelha do Norte – p. 75
Barra Seca – p. 76
Picinguaba – p. 77-78
Vila Palmira – p. 79
Almada – p. 80
Sertão do Ubatumirim – p. 81
Praia do Ubatumirim, Estaleiro e Justa – p. 82-83
Vila Gaiyota, Rolim, Barbosa e Índia – p. 82-83
Cambucá – p. 82-83
Cabeçuda e Areia – p. 84

Comunidades quilombolas de Ubatuba – p. 85
Caçandoca – p. 86-87
Caçandoquinha, Raposa, Saco de Bananas e Frade – p. 88
Camburi – p. 89
Sertão do Itamambuca – p. 90
Fazenda Picinguaba (Quilombo da Fazenda) – p. 91

Referências

As fontes possuem um recorte temporal que vai desde obras do ano 2000 até artigos do ano atual, 2024.

ACIPAHIKAPAT: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDÍGENA PATAXÓ HÃ HÃ HÃE IRIRI KANÃ PATAXI UI TANARA. Prosas, 2022. Disponível em: <<https://prosas.com.br/empreendedores/77211-acipahikapat-as-sociacao-comunitaria-indigena-pataxo-ha-ha-hae-iriri-kana-pataxi-ui-tanara>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

ALDEIA PATAXÓ HÃ HÃ HÃE. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/pataxoparaty_oficial/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

ALENCAR, Emanuel; LIMA, Ludmilla De. **O segredo dos guaranis que ainda habitam o Rio**. O Globo, 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/o-segredo-dos-guaranis-que-ainda-habitam-rio-12596252>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

ANGRA DOS REIS, Prefeitura Municipal de. **Cras Móvel atende famílias da Aldeia Sapukai**. Angra dos Reis, 2022. Disponível em: <https://angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=64022&t=Cras%20M%F3vel%20atende%20fam%EDlias%20da%20Aldeia%20Sapukai>. Acesso em: 25 jan. 2024.

ARAÚJO, Leonor Franco de. **A educação ambiental crítica e o projeto de mitigação em comunidades quilombolas: o caso do Projeto Quipea**. Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura. Vol. 6. 2019, p. 15-28.

BAND RIO INTERIOR. **Comunidade quilombola dá exemplo de sustentabilidade rural em Rio Claro**. Publicado em 17 de maio de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6_1Rg-ggMUA&ab_channel=%23BandRioInterior>. Acesso em: 04 jan. 2024.

BASTOS LOPES, Danielle. **ESCOLARIZAÇÃO, DIFERENÇA E MAGIA ENTRE OS POVOS GUARANI (MBYÁ) DO RIO DE JANEIRO: QUANDO A ESCOLARIZAÇÃO ATRAVESSA LÓGICAS SENSÍVEIS**. IV Congresso Nacional de Educação. Rio de Janeiro: Editora Realize, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA6_ID251_11092017234631.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BBC NEWS BRASIL. **A luta dos caiçaras para não perder heranças do passado após ver terras virarem reservas ou condomínios**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46243374>> acesso em 28 abr. 2024.

BRITO, FLÁVIO D' ASSUMPCÃO. **Estudo das Transformações Sócio-ambientais na Ilha Grande/RJ: Uma abordagem sobre o turismo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Niterói: UFF, 2001.

CANTO, Cláudia. **Quilombo Caçandoquinha**. Revista Raça. out. 2016. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/quilombo-cacandoquinha/>>. Acesso em 10 jan. 2024.

CARVALHO, Julia Manso Paes de. **O patrimônio imaterial da comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba e a escola: Em busca de uma educação diferenciada Paraty, RJ**. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2010.

CARVALHO, Maria Letícia de Alvarenga. **Comunidade Quilombola Cabral**. In: Coleção Terras de Quilombos. Belo Horizonte. NOQ/FAFICH: OBJ/FAFICH, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/cabral.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

CASTRO, Lara Mendes de Oliveira. **Ecoturismo e Inserção Comunitária em Unidades de Conservação: Uma análise comparativa entre as comunidades tradicionais do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) Ubatuba, SP**. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/13361>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CERQUEIRA, Gustavo. **Povo Guarani em Paraty**. Brasis, 2015. Disponível em: <<https://brasis.vc/rapadura/povo-guarani-em-paraty/>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

Combate Racismo Ambiental. **Projeto Recultura realiza evento sobre cultura caiçara em Angra dos Reis.** 2017. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/04/27/projeto-recultura-realiza-evento-sobre-cultura-caicara-em-angra-dos-reis/>>. Acesso em: 16 mai. 2024.

Comissão Pró-Índio de São Paulo. **Observatório Terras Quilombolas.** Disponível em: <<https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CHAGAS, Luis Eduardo da Conceição; TIRIBA, Lia. **Para analisar modos de vida: Raymond Williams e Estruturas de Sentimentos em Torto Arado.** In: Trabalho, história e memória dos povos de “nuestra américa” - Tomo II. Trabalho Necessário, V. 22 N° 47 - 2024, p. 285 - 310.

CORRÊA, Máira Leal. **Quilombo Camburi.** In: Coleção Terras de Quilombos. Belo Horizonte. FAFICH, 2016. Disponível em <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/camburi.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Curiosidades de Ubatuba. **Aldeia Renascer Ywyty Guaçu.** Disponível em: <<https://www.curiosidadesdeubatuba.com.br/aldeia-renascer/>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

Curiosidades de Ubatuba. **Aldeia Rio Bonito - Yakã Porã.** Disponível em: <<https://www.curiosidadesdeubatuba.com.br/aldeia-rio-bonito-yaka-pora/>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CURIOSIDADES DE UBATUBA. **Praia do Estaleiro.** Disponível em: <<https://www.curiosidadesdeubatuba.com.br/praiado-estaleiro/>> . Acesso em 31 jan. 2024.

DAHER, D. V.; SANTOS, L. P.; PEREIRA, V. C. **Articulação entre saberes: etnografia da atenção à saúde no contexto guarani mbya de Paraty-RJ.** Tellus, [S. l.], n. 19, p. 163–183, 2014. Disponível em: <<https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/230>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

Eletronuclear. **Eletronuclear amplia acesso à internet para aldeias e quilombos.** Disponível em: <<https://www.eletronuclear.gov.br/Imprensa-e-Midias/Paginas/Eletronuclear-amplia-acesso-%C3%A0-internet-para-aldeias-e-quilombos.aspx>>. Acesso em: 04 jan. 2024.

ESTRELA DA COSTA, Ana Carolina. **Quilombo Alto da Serra.** In: Coleção Terras de Quilombos. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/alto_da_serra.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024

ESTRELA DA COSTA, Ana Carolina. **Comunidade Quilombola de Caçandoca.** In: Coleção Terras de Quilombos. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/cacandoca.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FÓRUM DOS SABERES TRADICIONAIS. **Sertão de Ubatumirim.** Disponível em: <<https://saberesartesanais.com.br/mapamata-sertao-do-ubatumirim/#:~:text=O%20Sert%C3%A3o%20do%20Ubatumirim%20%C3%A9,%C3%89%20uma%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20secular.>> . Acesso em 31 jan. 2024.

FUNAI. Despacho Presidencial nº2/2017. **Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e delimitação da Terra Indígena Nandeva Tekoha Jevy.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 77, p. 47. ISSN 1677-7042. 24 abr. 2017. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=47&data=24/04/2017>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

FUNAI. Despacho Presidencial nº529/2013. **Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação da Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 77, p. 57-58. ISSN 1667-7042. 23 abr. 2013. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/04/2013&jornal=1&pagina=57&totalArquivos=176>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba. **Aldeia Renascer.** Disponível em: <<https://fundart.com.br/tradicao/comunidades/indigenas/>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba. **Quilombo da Caçandoca promove evento que marca a luta do povo quilombola em Ubatuba.** Disponível em: <<https://fundart.com.br/quilombo-da-cacandoca-promove-evento-que-marca-luta-do-povo-quilombola-em-ubatuba>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL. **Fortalecendo a comunidade caiçara em Trindade.** Publicado em: 20/06/2017. Disponível em: <<https://casa.org.br/fortalecendo-a-comunidade-caicara-em-trindade/>>. Acesso em: 26 jan. 2024

FUTEMMA, Célia Regina Tomiko. SEIXAS, Cristiana Simão. **Há territorialidade na pesca artesanal da Baía de Ubatumirim (UBATUBA, SP)? Questões intra, inter e extracomunitárias.** Revista Biotemas, São Paulo, v. 21, n. 1. ISSN: 0103-1643, p. 125-138, março de 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-7925.2008v21n1p125>>. Acesso em: 31 jan, 2024.

G1 SUL DO RIO E COSTA VERDE. **Censo do IBGE: conheça as seis comunidades quilombolas do Sul e Costa Verde do Rio.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2023/07/27/censo-do-ibge-conheca-as-seis-comunidades-quilombolas-do-sul-e-costa-verde-do-rio.ghtml>>. Acesso em 28 abr. 2024.

G1 SUL DO RIO E COSTA VERDE. **Censo do IBGE: Conheça as seis comunidades quilombolas do Sul e Costa Verde do Rio.** G1, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2023/07/27/censo-do-ibge-conheca-as-seis-comunidades-quilombolas-do-sul-e-costa-verde-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

G1 VALE DO PARAÍBA E REGIÃO. **Censo do IBGE: como são as aldeias em Ubatuba, cidade com mais indígenas na região.** G1, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/08/07/censo-do-ibge-como-sao-as-aldeias-em-ubatuba-cidade-com-mais-indigenas-na-regiao.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

G1 VALE DO PARAÍBA E REGIÃO. **Com mais de mil quilombolas, Ubatuba tem quatro comunidades na cidade; conheça os quilombos.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/07/27/com-mais-de-mil-quilombolas-ubatuba-tem-quatro-comunidades-na-cidade-conheca-os-quilombos.ghtml>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

G1 VALE DO PARAÍBA E REGIÃO. **Coronavírus muda rituais sagrados e afeta renda de aldeias no litoral de São Paulo.** G1, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2020/04/19/coronavirus-muda-rituais-sagrados-indigenas-e-afeta-renda-de-aldeias-do-litoral-de-sp.ghtml>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

G1 VALE DO PARAÍBA E REGIÃO. **Fotógrafo retrata identidade e belezas de Ubatuba em exposição.** G1, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2022/05/01/fotografo-retrata-identidade-e-belezas-de-ubatuba-em-exposicao.ghtml>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

GALDINO, Clayton; PAPALI, Maria Aparecida; RIBEIRO-MOREIRA, Pedro. **Ser quilombola: conceitos e memórias na trajetória da comunidade negra da Caçandoca, Ubatuba, Estado de São Paulo.** Cadernos do Ceom - Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Santa Catarina: v. 33 n. 53. ISSN 2175-0173. dez. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22562/2020.53.09>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GASTÃO, Fátima de Oliveira. **Parati e seus índios: o encontro dos diferentes na educação.** Rio de Janeiro, 1995. 98 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <<http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-294.PDF>>. Acesso em 25 jan. 2024.

GUANDU RJ. **Comitê da Bacia Hidrográfica. Desenvolvimento Sustentável e Valorização Cultural com o PAF (Re) Floresta no Quilombo do Alto da Serra do Mar.** Disponível em: <<https://comiteguandu.org.br/2023/08/25/desenvolvimento-sustentavel-e-valorizacao-cultural-com-o-paf-re-floresta-no-quilombo-do-alto-da-serra-do-mar>>. Acesso em: 04 jan. 2024.

Guia Cultural Costa Verde. **OCA - ORGANIZAÇÃO DOS CAIÇARAS E AMIGOS: Uma turma totalmente do bem.** Disponível em: <<https://www.guiaculturalcostaverde.com.br/?locais=oca-organizacao-dos-caicaras-e-amigos>>. Acesso em: 16 mai. 2024.

GUSMÃO, Wagner. **Dia dos Povos Indígenas - Aldeia Sapukai.** Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 2024. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/prefeituradeangradosreis/albums/72177720316341764/>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

ICICT/FIOCRUZ. **Mapa de Conflitos. RJ - Quilombolas do Alto da Serra do Mar lutam pela titulação das terras onde vivem há mais de três décadas.** Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-quilombolas-do-alto-da-serra-do-mar-lutam-pela-titulacao-das-terras-onde-vivem-ha-mais-de-tres-decadas>>. Acesso em: 04 jan. 2024.

ICICT/FIOCRUZ. **Mapa de Conflitos. RJ - Apesar de reconhecidos oficialmente, quilombolas de Santa**

Rita do Bracuí continuam a lutar contra empresa que tomou seu território. Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-apesar-de-reconhecidos-oficialmente-quilombolas-de-santa-rita-do-bracui-continuam-a-lutar-contr-a-empresa-que-tomou-seu-territorio>> Acesso em: 05 jan. 2024.

ICMBio-MMA. **Atrativos Naturais: conheça os principais atrativos naturais da APA Cairucu.** Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cairucu/component/content/category/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=72> Acesso em: 26 jan. 2024.

ILHA GRANDE. **Aventureiro. Ilha Grande.** Disponível em: <<https://www.ilhagrande.com.br/praias/aventureiro/>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

ILHA GRANDE. **Parnaioça. Ilha Grande.** Disponível em: <<https://ilhagrande.com.br/praias/parnaioca/>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

ILHA GRANDE. **Saco do Céu; Praia de Japariz; Freguesia de Santana;** . Disponível em: <<https://www.ilhagrande.com.br/>> Acesso em 01 fev. 2024.

ILHA GRANDE.ORG. **Arte, Cultura e História do Aventureiro - Ilha Grande - Angra dos Reis - RJ.** Ilha Grande.Org, 2018. Disponível em: <<http://www.ilhagrande.org/pagina/cultura-e-historia-aventureiro-ilha-grande>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

ILHA GRANDE.ORG. **História da Parnaioça - Ilha Grande - RJ.** Ilha Grande.org, 2015. Disponível em: <<http://www.ilhagrande.org/pagina/historia-parnaioca-ilha-grande>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

ILHA GRANDE.ORG. **Saco do Céu - Enseada das Estrelas - Ilha Grande - RJ.** Atualizada em 15/12/2015. Disponível em: <<http://www.ilhagrande.org/pagina/saco-do-ceu-ilha-grande>> . Acesso em 01 fev. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Comunidade caiçara se mobiliza em defesa de seu território.** Publicado em 05 de Julho de 2016. Disponível em: <<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/comunidade-caicara-se-mobiliza-em-defesa-de-seu-territorio>>. Acesso em 26 jan. 2024.

KASSOW, Isabela. **Quilombo de Santa Rita do Bracuí.** Mapa da Cultura do Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/mapadeculturarj/albums/72157630227373162/with/16186574117>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

LOBATO, Bárbara. **Quilombo Campinho da Independência une forças para o desenvolvimento.** Observatório Quilombola, 2008. Disponível em: <<https://kn.org.br/oq/2008/07/15/quilombo-campinho-da-independencia-une-forcas-para-o-desenvolvimento/>>. Acesso em: 04 jan. 2024.

MACEDO, Maria Daniela Corrêa de. **Jovens entre culturas: Itinerários e perspectivas Guarani entre a aldeia Boa Vista e a cidade de Ubatuba.** Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. São Paulo. 328 f. 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-27212.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

MARULHO. **Pq Marulho.** Disponível em: <<https://fazermarulho.com.br/porque/>> . Acesso em: 04 de fev. 2024.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Portaria SPU/ME Nº 10555.** 12 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-spu/me-n-10555-de-12-de-dezembro-de-2022-450400944>>. Acesso em: 14 jan. 2024

MONTEIRO, Ellen; TOSTA, Alessandra; MOTA, Fábio; IGNÁCIO, Elizabete. **Campinho da Independência.** In: Primeira Oficina Territórios Negros do Rio de Janeiro. Informativo Territórios Negros. Ano 1. Nº3. Mai/Jun, 2001. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/tn/3/index.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2024.

MONTEIRO, Kerolen Nascimento; GALVÃO, Vanessa Garcia; PALMEIRA, Rafaela Souza. **Tekoa Sapukai. OPIERJ - Observatório da Presença Indígena no Estado do Rio de Janeiro, 2022.** Disponível em: <<https://opierj.org/sapukai/>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

NOBRE, Domingos. **Breve Histórico da Aldeia Sapukai - Angra dos Reis/RJ.** S.I: s.ed, 1998. Disponível em: <<http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto44/FO-CX-44-2764-2000.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

NOBREGA, Monica. **Quilombo em torno de casa de farinha**. Estadão, 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/viagem/quilombo-em-torno-da-casa-de-farinha/>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Nossa Aldeia: Aldeia Rio Pequeno de Paraty de etnia Guarani Nhandewa. **Aldeia Rio Pequeno**, Disponível em: <<https://aldeiariopequeno.org.br/sobre/>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

Observatório de Territórios Sustentáveis e Sustentáveis da Bocaina. **Projeto Povos revelará situação de 64 territórios tradicionais de RJ e SP**. Disponível em: <<https://www.otss.org.br/post/projetopovosrevelarasituacaodecomunidadestradicoinais>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA: **Um território: Alto da Serra**. Publicado em 18 de junho de 2013. Disponível em <<https://kn.org.br/oq/2019/02/26/um-territorio-alto-da-serra/>>. Acesso em 04 jan. 2024.

OTSS BOCAÍNA. **“Seja bem-vindo(a) ao Camburi”, território caiçara e quilombola em Ubatuba (RJ)**. 29 mar. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fo1qNIFUr4&ab_channel=OTSSBocaina>. Acesso em: 11 jan. 2024

PORTO JÚNIOR, F.G.R.; ZOIA, A.; SQUAREZI, S.B.; GAMBA, F.B.; PIRES, B.R.C. (Org.). **Povos Originários e Comunidades Tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária - VOLUME 5**. 1ed. Boa Vista/RR: Editora da Universidade Federal de Roraima (EDUFRR). 2020, v. 1. Disponível em: <<https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/18207/2/Tese%20-%20Andr%C3%A9%20Luiz%20da%20Silva%20-%202021%20-%20Completa.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2024.

PROJETO POVOS. **Territórios da Península de Juatinga**. Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina, 2021

PROJETO POVOS. **Territórios do Carapitanga**. Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina, 2021.

PROJETO POVOS. **Territórios do Norte de Ubatuba; Territórios do Norte de Ubatuba 2**. Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina, 2021.

Projeto Povos: Território, Identidade e Tradição. **Territórios Caiçaras do Sul de Paraty / Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. Fórum de Comunidades Tradicionais**. Fundação Oswaldo Cruz. — Rio de Janeiro: Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, 2023.

PUBLISHNEWS. **Aldeia de Paraty ganha biblioteca comunitária**. Disponível em: <<https://www.publishnews.com.br/materias/2019/11/01/aldeia-de-paraty-ganha-biblioteca-comunitaria>>. Acesso em 28 abr. 2024.

Quilombo da Fazenda. **Explore o melhor do Quilombo da Fazenda em Ubatuba**. Disponível em: <<https://www.quilombodafazenda.com>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Quilombo Sertão de Itamambuca. **Nossa História**. Disponível em: <https://quilombosertaodeitamambuca.com.br/?page_id=4250>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Rede de Turismo Ambiental nas Comunidades Tradicionais. **Quilombo da Fazenda**. Disponível em: <<http://redeturismoambiental.ubatuba.cc/quilombo-da-fazenda>>. Acesso em 14 jan. 2024.

REDE TURISMO TRADICIONAL UBATUBA. **Turismo no Quilombo da Fazenda - Turismo Ambiental nas Comunidades Tradicionais Ubatuba**. 25 fev. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KLIArfvAqf4&ab_channel=redeturismotradicionalubatuba>. Acesso em: 14 jan. 2024

REIS, Maria Eduarda. ALDEIA PATAXÓ IRIRI KÃNÃ PATAXI ÛI TANARA. **OPIERJ - Observatório da Presença Indígena no Estado do Rio de Janeiro, 2022**. Disponível em: <<https://opierj.org/iriri-kana-pataxi-ui-tanara-pataxo-parati/>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

RESA MUNDI. **Ilha Grande - Angra dos Reis - Rio de Janeiro - Brasil**. Disponível em: <<https://resamundi.com.br/ilha-grande/>> . Acesso em 01 de fev. 2024.

RIBEIRO, Sávica Cássia; et all. **Educação ambiental pragmática x crítica: reflexões sobre a fase 1 do Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde**. CONEDU - Escola em tempos de conexões, Vol 2, 2021.

SAFADI, Thiago Moreira. **Uma percepção geográfica dos riscos do empreendimento termonuclear sobre a comunidade da Vila do Frade, Angra dos Reis, RJ**. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/13344>>. Acesso em: 04 fev.. 2024.

SANTOS, Rita Bernardino Barros; OLIVEIRA, Giovana Carla; BERNARDES, Denis Antonio De Mendonça; ALMEIDA, Valeria Regina Zanetti. **Das Origens do Quilombo Casanga ao Re(conhecimento)**. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. Universidade do Vale do Paraíba, 2007. Disponível em: <https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/humanas/inic/INICG00945_01O.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SAPÊ - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica. **Comunidade do Aventureiro**. 2022. Disponível em: <<https://sape.org.br/identidades-e-territorios/comunidade-do-aventureiro/>>. Acesso em: 28. abr. 2024.

SAPÊ. **Recultura Caiçara**. Disponível em: <<https://sape.org.br/projetos/recultura/>>. Acesso em: 16 mai. 2024.

SILVA, Gláucia. **A Usina e o Frade - risco tecnológico e tradição: notas para uma antropologia do sofrimento**. In: 22ª reunião da Associação Brasileira de Antropologia, 2000, Brasília. Anais da 22ª reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Brasília: CD Rom, 2000. v. 1. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7091.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2024

SOUZA, Aryana Maria Colombo de. **Educação quilombola: um estudo (auto)biográfico sobre o Quilombo Santa Rita do Bracuí – resistência ou reinvenção?**. 2021. 80 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Educação Básica - CAP UERJ) - Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/17793>>.

SOUZA, Marina D. De; ALMEIDA, Angélica; ALMEIDA, Natália. **Cooperação entre Fiocruz e Embrapa fortalece comunidades na promoção da saúde e da agroecologia**. Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, 2022. Disponível em: <<https://www.otss.org.br/post/coopera%C3%A7%C3%A3o-entre-fiocruz-e-embrapa-fortalece-comunidades-na-promo%C3%A7%C3%A3o-da-sa%C3%BAde-e-da-agroecologia>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

TIRIBA, L. **Modo(s) de vida e modos de produção da existência humana: ensaio teórico-metodológico**. Germinal, v. 13, p. 407-419, 2021.

UBATUBA, Prefeitura Municipal De. **1ª Conferência Municipal de Comunidades Tradicionais de Ubatuba: Povos e Comunidades Tradicionais e o Direito à Cidadania**. Prefeitura Municipal de Ubatuba, 2023. Disponível em: <<https://www.ubatuba.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/2/2023/01/AQUI.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

UBATUBA, Prefeitura Municipal De. **Comunidade caiçara da Almada recebe Termo de Autorização de Uso Sustentável**. Prefeitura Municipal de Ubatuba, 2023. Disponível em: <<https://www.ubatuba.sp.gov.br/destaques/taus-da-almada/>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

VECCHIA, Anna Beatriz; MIRANDA, Carolina. Aldeia Guyraitapu (Araponga) e Itaxi Mirim. **OPIERJ - Observatório da Presença Indígena no Estado do Rio de Janeiro, 2021**. Disponível em: <<https://opierj.org/araponga/#sdfootnote1sym>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

WILKEN, Ronaldo. **Paraty e a linda Aldeia Pataxó**. Novos Territórios, 2021. Disponível em: <<https://novos-territorios.com/paraty-e-a-linda-aldeia-pataxo/>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.